

Proposta que prorroga CPMF entra em semana decisiva

Embate político em torno da CPMF faz base governista correr contra o tempo para aprovar a contribuição, cuja vigência se encerra em 31 de dezembro. Plenário realiza sessão deliberativa nesta segunda-feira para iniciar logo a discussão da emenda constitucional

PÁGINA 3

Exploração da megareserva de petróleo terá que vencer desafios

A descoberta de uma reserva de 5 a 8 bilhões de barris de petróleo e gás natural, na área de Tupi (bacia de Santos), pode colocar o Brasil no seleto grupo de exportadores desses produtos. Porém há mais desafio do que certeza: a exploração na chamada rocha do pré-sal requer muita tecnologia. A vantagem é que a Petrobras é pioneira na exploração em águas profundas.

PÁGINAS 8 E 9



GERALDO FALCÃO/PETROBRAS

Plataformas de petróleo de águas profundas, que fazem parte da paisagem da bacia de Campos, asseguram 80% da produção nacional e a auto-suficiência do país

Sabatina de autoridades na CCJ fica mais rigorosa

PÁGINA 7

TV digital estreia no dia 2, mas para poucos

As transmissões digitais no Brasil atingirão, inicialmente, apenas São Paulo. E os telespectadores ainda têm muitas dúvidas sobre o funcionamento do serviço e sobre quanto terão que desembolsar.

Aprovados R\$ 5,4 bi para estatais e ministérios

PÁGINA 4

Regulação de farmácias opõe Anvisa a empresários

PÁGINA 11

Senadores discutem regras para cooperativas

PÁGINA 2

e mais...

AGENDA

Página 2

VOZ DO LEITOR

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

Página 13

Cidadania

Estado é obrigado a zelar pela saúde de crianças e adolescentes

Veja nesta edição do Especial Cidadania como deve ser a atuação dos serviços públicos de saúde em relação às situações mais comuns que põem em risco crianças e adolescentes, de acordo com cartilha elaborada pela Vara da Infância e da Juventude (VIJ) do Distrito Federal, com a colaboração da rede distrital de saúde pública.

PÁGINA 16

CÉLIO AZEVEDO



Na CCT, presidida por Wellington Salgado (D), especialistas trataram da digitalização do rádio

PÁGINA 6

PLENÁRIO Oposição luta para adiar ao máximo votação da CPMF, que será extinta se não for prorrogada este ano

PTB sai do bloco, mas não rompe com governo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) anunciou na quinta-feira passada a saída do PTB do Bloco de Apoio ao Governo no Senado, embora o partido possa votar a favor de projetos de interesse do Executivo quando considerá-los convenientes para o país. Ele afirmou que os petebistas estão assumindo uma postura mais independente.

– A partir de agora, vamos ser da base sem ser do Bloco de Apoio ao Governo. Nós nos desatrelamos do PT – disse Mozarildo.

Há duas semanas, o senador pe-

tebista foi afastado do cargo de titular da CCJ após ter anunciado que votaria contra a prorrogação da CPMF. Ele foi retirado do cargo pela líder do bloco governista, senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

Indagado se essa é a resposta do PTB ao gesto da líder, Mozarildo respondeu positivamente.

– A gota d'água foi essa. A líder disse uma inverdade quando afirmou que antes tinha ouvido o meu líder. Ela não o tinha ouvido. Demos agora a resposta parlamentar que devia ser dada.

Para o presidente interino do Senado, Tião Viana, a saída do PTB do bloco do governo é um ato natural e não afetará em nada a votação da CPMF.

– Sair do bloco não quer dizer sair do governo. Não afetará em nada a votação de matérias relevantes. Não tem vínculo com a CPMF. É um ato de insatisfação com o relacionamento entre os partidos da base.

Mozarildo diz que gesto é uma resposta à líder Ideli Salvatti, do bloco governista

Na análise de Tião Viana, como a base de apoio ao governo está fragilizada, “qualquer atrito político pequeno gera a idéia de conflito”. Ele sustenta que a CPMF pode ser votada no prazo regimental do atual ano legislativo, sem a necessidade, inclusive, de invadir o recesso parlamentar.

– Estamos no meio de uma disputa política. O único que, de fato, demarcou um campo ideológico foi o DEM. O PSDB está dividido. Estamos ainda construindo a relação entre governo e oposição. Mas todo o ambiente político ainda é favorável à negociação – concluiu Tião Viana.



FOTOS: LEOPOLDO SILVA

No centro do debate, Jucá, Virgílio e Agripino: base do governo corre contra o tempo para votar tributo

Sessão deliberativa na 2ª para acelerar CPMF

Para tentar recuperar o atraso na tramitação da proposta que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até dezembro de 2011, decorrente da obstrução feita pela oposição na semana passada, o presidente interino do Senado, Tião Viana, convocou sessão deliberativa do Plenário para esta segunda-feira, medida endossada pelos líderes partidários depois de uma sessão marcada por intensa polêmica na quarta-feira.

O embate político em torno da CPMF novamente misturou-se ao caso do processo de cassação do presidente licenciado, Renan Calheiros, cuja análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi adiado também por ação dos partidos oposicionistas.

Como a imprensa publicou que o PMDB votaria pela prorrogação da CPMF em troca da absolvição de Renan, o relator da represen-

tação na CCJ, senador Arthur Virgílio (AM), também líder do PSDB, adiou a apresentação de seu relatório, prevista para a quarta-feira passada.

– Fizemos a coisa certa para desnudar a trama. Se o governo pode usar os prazos para encurtar, por que nós vamos facilitar? – disse Virgílio.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), assegurou, porém, que os dois assuntos não estão ligados.

– As duas questões são como água e óleo; têm trâmites próprios. Não é intenção de ninguém que elas se misturem – garantiu.

Agora, a nova data para discussão e votação do relatório do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que pede a cassação de Renan é esta quarta-feira, na CCJ, e sua posterior apreciação pelo Plenário do Senado na semana

que vem.

A data-limite para aprovação e promulgação da CPMF é 31 de dezembro. Se não for aprovada ainda em 2007, o imposto será extinto. Uma nova proposta determinando sua recriação só poderia começar a tramitar em março de 2008, o que comprometeria a arrecadação

nos primeiros meses do próximo ano. A estimativa de receita da CPMF em 2008 é de R\$ 40 bilhões.

Por se tratar de proposta de emenda constitucional (PEC

89/07), a prorrogação do tributo precisa ser discutida por pelo menos cinco sessões deliberativas no primeiro turno de votação e três outras no segundo, com cinco dias úteis de interstício entre os dois turnos. A ordem do dia no Senado ainda está trancada por um projeto de conversão – o 37/07, originário da MP 393/07.

– Temos um longo trâmite pela frente – admitiu o líder Romero Jucá, diante das dificuldades enfrentadas na semana passada.

Confiante, o presidente interino do Senado acredita que o governo conseguirá o apoio necessário para aprovar a PEC (dois terços, mais um, dos 81 senadores, ou 55 votos) até a data marcada para a votação, prevista para o dia 14 de dezembro.

Na sessão de quarta-feira, a oposição protestou durante a votação e aprovação de duas medidas provisórias revogatórias baixadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (veja matérias ao lado). Elas foram editadas para desobstruir a pauta da Câmara e permitir a aprovação da CPMF naquela Casa, mas estavam justamente bloqueando o início da discussão da PEC.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), a atitude é uma mostra do “casuismo governamental”, que substitui prioridades anteriores por outras e “deixa a atividade legislativa ao sabor do fisiologismo praticado pelo governo Lula”.



Renan (D) comunicou ao presidente interino Tião Viana sua decisão de manter-se afastado do cargo até o fim do ano

Renan renova licença até 29 de dezembro

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) decidiu na quinta-feira estender sua licença da Presidência da Casa até o dia 29 de dezembro. A licença atual, de 45 dias, terminaria domingo passado. A razão foi o atraso na discussão da terceira representação contra ele por quebra de decoro parlamentar, que a CCJ deverá votar nesta quarta.

Renan disse que a prorrogação da licença é uma forma de não interferir na tramitação do processo e desvincular-se de eventuais pressões parlamentares quanto à votação da proposta que prorroga a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.

O novo período de licença, de 34 dias, foi comunicado primeiramente ao presidente interino, Tião Viana. Em se-

guida, o senador alagoano divulgou uma nota por meio de sua assessoria.

“Desde o primeiro momento tenho adotado a postura de não interferir no processo, de modo que acatarei, com toda serenidade, o cronograma de tramitação que for estabelecido pela Mesa”, diz a nota.

Com a deliberação sobre a matéria parada na CCJ, Viana foi obrigado a transferir para 5 de dezembro, como data provável, a votação no Plenário.

A representação contra Renan que deu início ao processo em questão baseou-se em denúncia de que o senador teria comprado, com recursos não declarados, e por meio de “laranjas”, duas rádios e um jornal em sociedade com o usineiro alagoano João Lyra.

Revogada MP do regime especial para importação

O Senado aprovou a MP 391/07, revogatória da MP 380/07, que instituiu o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), ressaltou que o próprio ministro da Justiça, Tarso Genro, assume na exposição de motivos que o governo editou a MP 391 para desobstruir a pauta da Câmara, uma “flagrante irregularidade”.

Apesar dos protestos da oposição, venceu o parecer do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), para quem, “por razões imperativas do processo legislativo”, o governo optou por enviar projeto de teor idêntico à MP 380/07.

Anuladas novas regras para o registro de armas

Na mesma sessão, o Plenário aprovou outra medida (MP 390/07) destinada a revogar o que previa uma MP anterior (379/07), modificando a legislação sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição e o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) – Lei 10.826/03.

Entre outras coisas, a MP 379/07 fixava o prazo para a transferência do registro de armas de fogo das polícias estaduais para a Polícia Federal no dia 31 de dezembro de deste ano.

Sua revogação foi criticada por policiais, agentes e especialistas do setor, mas o governo já editou uma terceira MP sobre o tema (394/07), que tramita na Câmara e estende o prazo para 2 de julho de 2008.

ECONOMIA

Aprovados R\$ 5,38 bi suplementares

O Congresso Nacional aprovou na quinta-feira R\$ 5,38 bilhões em créditos suplementares para diversos ministérios e estatais federais. O grupo Petrobras foi o maior beneficiado: recebeu R\$ 3,32 bilhões para projetos e ações no Brasil e no exterior.

Os recursos para a petrolífera são o resultado líquido de um aporte de R\$ 9,13 bilhões e um cancelamento de R\$ 5,81 bilhões. O programa de oferta de petróleo e gás natural recebeu R\$ 1,7 bilhão para o desenvolvimento dos sistemas de produção nas bacias de Campos e manutenção e recuperação desses sistemas no Sudeste, Norte e Nordeste.

Para ações no exterior, a Petrobras Netherlands e a Braspetro contam, respectivamente, com R\$ 1,18 bilhão e R\$ 2,9 bilhões. Os recursos servirão para aquisição de jazidas, de unidades marítimas de exploração e de direitos de pesquisa. Entre os cancelamentos, destacam-se os programas de oferta de petróleo e gás natural e de refino de petróleo. Segundo o governo, as ações relacionadas a essas áreas não

sofrerão prejuízos porque o projeto faz apenas uma adequação de cronogramas de desembolso.

Outros R\$ 910 milhões destinam-se aos ministérios da Previdência Social e do Trabalho e Emprego para o pagamento de benefícios previdenciários, seguro-desemprego e abono salarial.

Com um dos projetos, os parlamentares concederam R\$ 418,4 milhões aos ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, dos quais R\$ 136,7 milhões vão para o programa Dinheiro Direto na Escola.

Entre os recursos recebidos pelos ministérios da Defesa e da Justiça, destacam-se, respectivamente, a aquisição de duas aeronaves e de dois helicópteros para o Comando da Aeronáutica (R\$ 20 milhões); e a construção e ampliação de estabelecimentos penais estaduais (R\$ 20 milhões).

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contará com R\$ 35 milhões para a continuidade das reformas no edifício-sede da autarquia, atingido por um incêndio em dezembro de 2005, que tomou seis dos dez andares do prédio. (Agência Câmara)

JANE ARAÚJO



Congressistas se reuniram para votar alterações feitas pelo governo na lei orçamentária em vigor

Os demais créditos aprovados pelo Congresso

PLN 38/07 - R\$ 35 milhões

- Previdência Social

PLN 39/07 - R\$ 900 mil

- Meio Ambiente

PLN 40/07 - R\$ 49,9 milhões

- Saúde

PLN 45/07 - R\$ 2 milhões

- Ciência e Tecnologia, Educação e Esporte

PLN 46/07 - R\$ 50 mil - Saúde

PLN 48/07 - R\$ 790 mil

- Desenvolvimento Agrário

PLN 49/07 - R\$ 400 mil

- Integração Nacional

PLN 53/07 - R\$ 10 milhões

- Agricultura, Pecuária e Abastecimento e

Desenvolvimento Agrário

PLN 60/07 - R\$ 33,8 milhões

- diversos órgãos dos Poderes

Judiciário e Executivo e

Ministério Público da União

PLN 61/07 - R\$ 70 milhões

- Câmara dos Deputados,

Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e Ministério Público da União

PLN 63/07 (substitutivo) - R\$ 418 milhões - Ciência e Tecnologia, Educação, Cultura e Esporte

PLN 64/07 (substitutivo) - Altera modalidade de aplicação constante do Orçamento da Seguridade Social da União, no âmbito do Ministério da Saúde

JOSÉ CRUZ



Ao lado de Quintanilha (D), José Maranhão recebe relatório de deputado Vignatti sobre o Plano Plurianual 2008/2011

Novo cálculo acrescenta R\$ 39 bi aos investimentos

O relator do Plano Plurianual (PPA) para o período 2008/2011, deputado Vignatti, apresentou na quinta-feira seu parecer sobre o projeto do Poder Executivo. O texto entregue ao presidente da CMO, senador José Maranhão (PMDB-PB), reestima a receita orçamentária em R\$ 42,3 bilhões, que se somam aos R\$ 955,7 bilhões previstos originalmente. O relatório deverá ser votado pela comissão nesta terça-feira, e pelo Plenário do Congresso Nacional no dia 4 de dezembro.

A reestimativa da receita foi baseada em relatório do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que acrescentou R\$ 39 bilhões aos recursos destinados a investimentos no período de vigência do PPA.

Para Dornelles, o relator foi metódico.

– Foi um trabalho excepcional que lança as bases para que o Orçamento da União nos próximos quatro anos possa ser elaborado com maior segurança.

Vignatti prevê inflação acumulada de 4% em 2008, tomando por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e de 4,50% nos anos seguintes. A partir desses índices, ele previu que a taxa real de juros caia de 5,86% em 2008 para 3,86% no final de 2011, “o que traria grande impulso à atividade econômica”. O relatório, entretanto, aponta que até 2011 os investimentos ficariam em 9,5% do PIB.

Mesquita Júnior repudia “assédio” do Planalto

Em novo protesto contra a prática do governo de liberação de emendas ao Orçamento, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) repudiou o fato de ter sido procurado por pessoas do Palácio do Planalto para tratar do tema.

– Da próxima vez que me procurarem, declinarei seus nomes aqui da tribuna – prometeu.

O senador ressaltou a necessi-

dade de recursos para seu estado, mas repudiou o “assédio”.

– Não admito ser abordado neste momento para tratar de liberação de emendas. O povo acreano precisa dos recursos previstos para o estado, mas isso deveria ter sido feito de acordo com o que foi programado para a execução do Orçamento, e não como troca de favores – afirmou.

CAE debaterá inflação a cada três meses

O presidente do Banco Central (BC) deve comparecer pessoalmente à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a cada três meses, para expor e debater a evolução da política monetária, de acordo com projeto (PLS 26/00) do ex-senador Paulo Hartung, hoje governador do Espírito Santo. Pelo substitutivo aprovado, apresentado pelo relator Romero Jucá (PMDB-RR), o BC deverá também enviar à CAE o relatório de inflação trimestral, no lugar da programação monetária.

O relatório englobou dois proje-

tos que, em tramitação conjunta, definiam alterações na Lei do Plano Real (Lei 9.069/95). Foi rejeitado o PLS 685/99, de iniciativa da CPI do Sistema Financeiro, que previa mecanismos para explicitação dos custos fiscais da política monetária por meio do relatório.

Jucá incorporou idéias discutidas na CAE em torno do relatório trimestral. Para o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da comissão, o parecer ao relatório – prática instituída pela Lei do Plano Real – era apenas um

ato formal, sem eficácia para a avaliação da política monetária.

Por sugestão de Mercadante, a CAE passou a examinar a política monetária trimestralmente, com a presença do presidente do BC, tendo por base a política de metas para a inflação. Mas ainda continuava a aprovar o relatório da programação monetária, por se tratar de exigência formal necessária. O substitutivo de Jucá, que ainda passará por decisão final em Plenário, formaliza os novos procedimentos, em parte já adotados.

Projeto protege direito dos acionistas preferenciais

A CAE aprovou proposta que concede direito a voto aos acionistas preferenciais quando estes não receberem qualquer forma de dividendo no prazo previsto em estatuto – que não pode ser superior a três exercícios consecutivos. Pelo projeto – PLS 214/06, de Valdir Raupp (PMDB-RO) –, aprovado em caráter terminativo, os acionistas preferenciais terão esse direito até que o pagamento seja realizado, e mesmo que a empresa não obtenha lucro no período correspondente.

As ações preferenciais, a princípio, não dão direito a voto (ao contrário das ações ordinárias), mas em compensação conferem – ou deveriam conferir – ao seu titular prioridade na distribuição de dividendos. A Lei das S.A. (6.404/76) já prevê essa possibilidade, mas muitas empresas usam o artifício de distribuir valores irrisórios de dividendos para burlar a lei.

SP consegue US\$ 30 milhões para recuperar rodovias

O estado de São Paulo foi autorizado pela CAE a contratar empréstimo de US\$ 30 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar a segunda etapa do programa estadual de recuperação de rodovias. A operação contará com garantia da União.

A proposta ainda deve ser examinada pelo Plenário, onde chegará com pedido de urgência, aprovado na comissão.

A CAE também aprovou requerimento com convite ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, para debater projeto da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que fixa e ajusta parâmetros, índices e indicadores para aferição da produtividade de propriedades rurais (PLS 202/05).

Autorizadas mudanças em contratos com Banco Mundial

A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios foram autorizados pela CAE a realizar alterações contratuais em operações de crédito externo com o Banco Mundial (Bird). Com a permissão, solicitada em mensagem presidencial, os governos e as entidades da administração indireta passam a dispor de novos instrumentos para administrar os riscos frente aos contratos, como a possibilidade de alterar a moeda de referência do empréstimo, tanto para montantes já desembolsados como a desembolsar – como de dólar para real ou outra moeda internacional.

Será possível, ainda, converter as taxas de juros de padrão flutuante para fixo, bem como de forma contrária. Os valores originais dos contratos são preservados e também não mudam os prazos de amortização. A proposta vai agora a exame em Plenário.

COMISSÕES

Senadores debaterão caso de jovem presa no Pará

O presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDR), senador Paulo Paim (PT-RS), apresentou requerimento, aprovado pelos demais senadores, para a realização de audiência sobre o crime cometido contra uma jovem no interior do Pará. Ela ficou detida por 30 dias em uma cela com cerca de 20 homens na cidade de Abaetetuba, na região metropolitana de Belém. Segundo denúncias, a adolescente teria sofrido agressões e abuso sexual no período em que ficou

presa. A audiência ocorrerá nesta terça-feira, às 9h.

Ao manifestar sua confiança quanto às providências tomadas pela governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, para punir os responsáveis pelo episódio, Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que a governadora enviou nota aos senadores dando conta das medidas adotadas até aquele momento para apurar o crime. Patrícia Saboya (PDT-CE) também registrou sua confiança em Ana Júlia.

CCJ acolhe novo nome para cargo de agente penitenciário do DF

O cargo de agente penitenciário do quadro de carreiras da Polícia Civil do Distrito Federal passará a ser denominado "agente de polícia de execução civil", de acordo com projeto da Câmara acatado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na quarta-feira. A proposta (PLC 26/07) vai ainda ao exame da Comissão de Relações Exteriores (CRE), antes da decisão final em Plenário.

O projeto foi apresentado à

Câmara em 2003 pelo então deputado e atual governador do Distrito Federal José Roberto Arruda, que observa que a nova nomenclatura, antiga reivindicação dos integrantes da carreira, não envolve mudanças salariais ou qualquer outro aumento de despesas para a União, responsável pela organização e custeio da polícia no DF (daí a necessidade de o projeto ser aprovado pelo Congresso).

Autorizada a criação de duas ZPEs

Os municípios de Sinop (MT) e Paragominas (PA) podem sediar áreas de livre comércio, de acordo com dois projetos aprovados pela Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), que autorizou a criação de duas zonas de processamento de exportação (ZPEs). As propostas seguem agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa. A proposta que beneficia Sinop (PLS 439/07) é de Jayme Campos (DEM-MT) e teve como relatora Kátia Abreu (DEM-TO), para quem a ZPE fomentará o desenvolvimento da região. A outra proposição é de Mário Couto (PSDB-PA) e foi relatada por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), segundo o qual Paragominas tem infra-estrutura para o escoamento de produtos de uma área de livre comércio.

Recursos orçamentários para Institutos históricos e geográficos

Os institutos históricos e geográficos dos estados e do Distrito Federal poderão passar a receber verbas do Orçamento da União, define projeto (PLS 448/07) de Pedro Simon (PMDB-RS) aprovado pela Comissão de Educação (CE).

Para que possa receber os recursos, a instituição deverá ser registrada como associação civil e declarada de utilidade pública, além de contar com biblioteca especializada e arquivos abertos ao público.

O relator, Marco Maciel (DEM-PE), ressaltou a "usual dificul-

dade financeira" que caracteriza a administração de instituições voltadas para o fomento cultural e a preservação de acervos.

O projeto de Simon será agora enviado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa.

A Comissão de Educação aprovou ainda, em decisão terminativa, dois projetos que autorizam o Executivo a criar novas universidades: a Universidade Federal do Vale do Guruguéia, em Bom Jesus (PI), e a Universidade Federal da Cidade de Goiás.

Maior cuidado com redes de águas pluviais

A Lei do Saneamento (Lei 11.445/07) pode ser modificada para obrigar a manutenção preventiva das galerias de águas pluviais, conforme projeto (PLS 506/07) de Marconi Perillo (PSDB-GO) aprovado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O projeto, que recebeu na CMA parecer favorável de Cícero Lucena (PSDB-PB), segue agora para votação em decisão terminativa na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). A falta de manutenção preventiva dos bueiros e galerias de águas pluviais "tem resultado em inundações de vias, logradouros públicos e imóveis particulares, ocorrência mais frequente sobretudo nas grandes cidades", justificou Marconi.

JOSÉ CRUZ



César Borges (C) apresentou projeto assim que o Pips foi criado, no primeiro mandato de Lula

Projeto social só terá verbas após licitação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, por unanimidade, a exigência de licitação na escolha das iniciativas propostas ao Programa de Incentivo à Implementação de Projetos Sociais (Pips). O autor da proposição (PLS 500/03) é o senador César Borges (PR-BA), que a apresentou no mesmo ano em que o Pips foi criado pelo governo federal, em 2003, no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.

Como o projeto, relatado por Valdir Raupp (PMDB-RO), foi acolhido pela comissão em ca-

ráter terminativo (ou seja, sem a necessidade de votação no Plenário do Senado), a matéria deve ser enviada à Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso em contrário.

No texto que apresentou em 2003, César Borges argumenta que a Lei 10.735/03, que instituiu o Pips, "abre a possibilidade para decisões de alocação de recursos públicos, em obras ou serviços, sem a observância dos ritos e controles previstos na Lei 8.666, de 1993 – a chamada Lei de Licitações". Ele ainda afirma que "a atual redação [da Lei

10.735/03] dá margem a que apenas determinados projetos sejam submetidos ao certame e a que os projetos 'indesejáveis' fiquem previamente excluídos da disputa pelos recursos do Pips".

O senador conclui que, "desse modo, é possível que, no processo de pré-seleção [de projetos] – de responsabilidade dos três níveis do Poder Executivo –, elimine-se de fato a concorrência e privilegiem-se empresas e setores, o que abre larga avenida para desvios de recursos e corrupção por parte de administradores inescrupulosos".

Comissão referenda nomes de quatro embaixadores

Quatro mensagens presidenciais indicando nomes de diplomatas para exercerem o cargo de embaixador foram aprovadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e seguem para o Plenário.

João Carlos de Souza Gomes foi indicado para o cargo de delegado permanente do Brasil na sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em Paris, com status de embaixador.

Já o diplomata Carlos Antonio da Rocha Paranhos foi escolhido como embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia e, cumulativamente, à República de Belarus.

O nome de Edson Marinho Duarte Monteiro foi acolhido para o cargo de embaixador junto à República Democrática de Timor-Leste.

A comissão aprovou também voto de aplauso ao rei Juan Carlos, da Espanha. Na 17ª Cúpula Ibero-Americana, no Chile, ele mandou que o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, se calasse. A sugestão do voto de aplauso partiu do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), para quem a admoestação foi apropriada, diante das interrupções de Chávez ao primeiro-ministro espanhol, José Luiz Zapatero.

Aprovada indicação de novo diretor do Dnit

A indicação presidencial do nome de Rômulo do Carmo Ferreira Neto para diretor de Infra-Estrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) foi aprovada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Favorável à indicação, que ainda precisa passar pelo Plenário, o relator, senador Expedito Júnior (PR-RO), destacou a experiência profissional de Ferreira Neto, engenheiro civil que é superintendente regional do órgão no Tocantins desde 2003.

Em sua exposição, Ferreira Neto avaliou que o sistema ferroviário no país passa por uma nova fase, expressa nos investimentos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), da ordem

de R\$ 750 milhões. Os 34 projetos previstos para a área serão operacionalizados por sistemas de concessão e subconcessão a empresas privadas, uma vez que o setor ferroviário no Brasil foi privatizado nos anos 90, observou.

De acordo com Ferreira Neto, a diretoria concentrará esforços na superação dos gargalos do setor. Para isso, será necessário organizar a liberação das verbas, para que não haja interrupção dos serviços, e cuidar da fiscalização para impedir desvios.

Entre os projetos prioritários listados por Ferreira Neto, estão a ferrovia Transnordestina, de 1.200 quilômetros de extensão, com 200 quilômetros já em operação.

Executivo poderá intervir em alteração de apólice de seguro

O Poder Executivo pode intervir e regulamentar as regras em vigor nos casos em que as empresas seguradoras queiram fazer alguma modificação unilateralmente nas apólices coletivas contratadas por entidades como sindicatos ou associações de classe.

A decisão, baseada em projeto (PLS 574/07) do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), foi tomada em caráter terminativo na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Para Zambiasi, é preciso estabelecer mecanismos específicos para a estipulação de tais contratos com sindicatos, associações, federações e outros órgãos de

classe, porque as normas vigentes impõem um limite muito rigoroso a essas entidades, uma vez que, para surtir efeito, qualquer mudança na apólice deve, obrigatoriamente, ser autorizada expressamente por, pelo menos, três quartos dos seus membros, que muitas vezes vivem em várias partes do país.

Os representantes dessas entidades junto às seguradoras, explica o senador, acabam sendo obrigados a deixar de lado propostas mais vantajosas para as apólices de seguros que administram, dada a dificuldade operacional de obter a aprovação de tantos membros.

TECNOLOGIA Governo reage a alto custo do equipamento essencial à recepção do novo sinal pelos consumidores

Obstáculo à TV digital ainda é preço do conversor

Com a estréia da TV digital no país prevista para o próximo dia 2 de dezembro, aumentam as dúvidas dos potenciais espectadores – ainda que o serviço inicialmente só esteja disponível para os moradores de São Paulo.

O primeiro passo é adquirir um conversor de TV digital, também chamado set-top box, ou caixa conversora. O aparelho é fundamental porque o que muda com a TV digital é a transmissão do sinal, e não apenas a qualidade da imagem. A imagem passará a ser enviada em códigos binários (seqüências de 0 e 1), linguagem igual à dos computadores. Para que os televisores “entendam” o novo sinal será necessário um “tradutor”, o tal conversor de TV digital.

Na semana passada, empresas como a Positivo Informática e a Semp Toshiba anunciaram o

lançamento dos seus modelos de conversores, que devem chegar às lojas paulistanas a partir desta segunda-feira. Os modelos custarão entre R\$ 499 e R\$ 1.199.

Diante dos preços anunciados, o presidente Lula autorizou o ministro das Comunicações, Hélio Costa, a tomar medidas para estimular a importação do conversor caso a indústria cobre R\$ 750 ou mais pelo equipamento.

A intenção do governo é reduzir o custo do conversor para algo em torno de R\$ 250. A importação seria uma forma de baixar o preço do aparelho e uma resposta aos empresários, que em reunião com o presidente há duas semanas teriam dito que o conversor custaria três vezes mais do que o previsto.

Como escolher o modelo ideal

Há diversos tipos de conversor, com funcionalidades diferentes. Para escolher o que mais se adapta ao perfil do telespectador, é preciso saber: 1) o que faz o conversor e 2) de que tipo é a televisão.

É importante ressaltar que uma coisa é a exibição digital de televisores de plasma e LCD (já relativamente comuns no mercado brasileiro). Outra coisa é o sinal digital que o televisor recebe. Da mesma forma que as televisões analógicas (as antigas, tradicionais), os monitores digitais (LCD e plasma) também não estão habilitados a receber o sinal - e também precisam de conversor.

Os conversores têm três funções, de acordo com o Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital:

- Converter o sinal digital para recepção nos atuais televisores analógicos ou os de plasma e LCD. A partir de 2008, os monitores já terão o conversor embutido.

- Criar interatividade entre telespectador e programa. Permitindo, por exemplo, escolher entre finais alternativos para um filme.

- Gravar programas em um disco rígido chamado PVR (*personal video recorder*). Mas a decisão de permitir ou não o bloqueio da gravação de programas na TV digital ainda será tomada pelo presidente Lula.

Nem todos os conversores têm as três funções habilitadas. Alguns apenas convertem o sinal, outros oferecem também interação e os demais criam recursos adicionais, como gravar

programas.

A segunda questão que é preciso levar em conta é o tipo de aparelho de TV existente em casa ou no trabalho. Há três opções: analógicos (os televisores de tubo tradicional, com imagem analógica); digitais (monitores em LCD ou plasma, que já exibem imagens digitais, mas não conseguem receber o sinal); e integrados (televisores digitais já com o conversor embutido).

Se a TV for analógica, será necessário comprar um conversor de TV digital para decodificar o sinal. As imagens não serão digitais como as de plasma e LCD, mas o sinal digital impedirá a formação de sombras, ruídos e fantasmas, além de o som ser igual ao de CD.

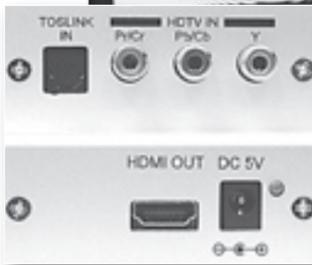
Já a TV digital comum tem as mesmas necessidades da TV analógica, com a diferença de exibir as imagens em padrão digital, por LCD ou plasma. Será necessário comprar o conversor de sinal da mesma forma.

No caso da TV digital integrada, como ela já vem com o conversor embutido, o telespectador fica livre do gasto extra com o aparelho. A maioria das TVs desse tipo é de plasma ou LCD e, por isso, dão excelente gráfrica e de sinal. Basta conectar a antena ao televisor para usar a TV digital.

Em todos os três casos, é indispensável que a casa/trabalho receba transmissão de sinal UHF (*ultra high frequency*). O cabo da antena deve ser ligado ao conversor de TV digital, que por sua vez é ligado ao monitor de TV.



BRUNO MIRANDA/FOLHA IMAGEM



Com a TV digital, não muda apenas a qualidade da imagem, muito melhor, mas a forma de transmissão do sinal, daí a necessidade dos conversores (E)

Rádio ainda avalia qual o melhor sistema

O Estado deve adotar o sistema de rádio digital que respeite as características do modelo brasileiro de radiodifusão, bem como contemple todos os radiodifusores, segundo o secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Roberto Pinto Martins. Ele participou de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que discutiu a implantação do rádio digital no Brasil.

O secretário explicou que existem os sistemas norte-americanos Ibcoc (in-band-on-channel), que usa as mesmas faixas de frequência usadas hoje, tanto em frequência modulada (FM) como em amplitude modulada (AM); os europeus DRM (digital radio mondiale), para AM, e DAB (digital audio broadcasting), para FM; e o japonês ISDB (integrated services digital broadcasting). Ele informou que o ministério está

desenvolvendo testes em parceria com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para escolher o melhor sistema para o Brasil.

Na opinião do assessor técnico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) Ronald Siqueira Barbosa, o sistema Ibcoc, por ser híbrido – transmite tanto de forma analógica como digital –, poderá melhor se adequar às necessidades brasileiras. Ele disse que, ao adotar tal sistema, as empresas poderão continuar a transmitir suas programações analogicamente até que tenham condições de implantar o sistema digital. Para o assessor, o público também é beneficiado ao continuar recebendo sua programação preferida sem a necessidade de

haver mudança de frequência ou de identidade da emissora.

O professor do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade de Brasília (UnB) Lúcio Martins da Silva, advertiu que a implantação do novo sistema

Professor teme fracasso por causa dos altos custos para as emissoras

pode não ter sucesso pela falta de adesão das empresas e parte do público. As emissoras de rádios deverão investir, cada uma, cerca de US\$ 100 mil em equipamentos para

transmitir de forma digital e até os usuários precisarão comprar novos receptores. Já o gerente-geral de autorização de uso de radiofrequências da Anatel, Yapur Marotta, disse que a agência ainda não tem subsídios para fazer recomendações ao Ministério das Comunicações sobre o melhor sistema a adotar.



Wellington Salgado (C) preside o debate em torno da adoção do sistema digital no rádio brasileiro

Emissoras comunitárias defendem anistia

No mesmo debate, o coordenador da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), José Guilherme Castro, disse que a discussão sobre a implantação do rádio digital enfatiza a qualidade que o novo sistema oferecerá e não trata da democratização da informação, o que, para ele, inclui as rádios comunitárias. Castro também pediu anistia para os comunicadores comunitários que respondem a processos na Justiça.

As rádios comerciais recebem tratamento diferenciado em relação às comunitárias, disse Castro. Segundo ele, a legislação é aplicada de forma desigual ao fiscalizar e punir as comunitárias, o que não ocorre com as comerciais.

– Quanto deve ser o saldo médio para não ser fiscalizado? Queremos vistas grossas para todos ou

Polícia Federal para todos? – questionou o coordenador, ao argumentar que o erro do Estado é tratar as rádios comunitárias como “erva daninha”.

Para a presidente da Federação das Associações das Rádios Comunitárias do Rio de Janeiro (Farc), Maria das Graças Rocha, as rádios comunitárias desempenham importante papel ao dar oportunidade às comunidades para que se expressem. Ela também salientou que tais rádios contribuem para a divulgação das tradições culturais, bem como prestam serviço de utilidade pública à comunidade.

Maria das Graças ainda criticou a legislação que impede as rádios comunitárias de captarem recursos publicitários. Ela destacou que, sem financiamento, as emissoras não podem sobreviver nem se adequar às novas tecnologias.

CÉLIO AZEVEDO

INDICAÇÕES CCJ altera critérios para avaliação de nomes indicados para tribunais, embaixadas e outros órgãos

Maior rigor em sabatina de autoridade

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizou, na semana passada, a primeira sabatina de autoridades já com base nas novas regras estabelecidas pelo Ato nº 1/07. Por elas, os indicados para ministros do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores e para procurador-geral da República, além dos membros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), passarão por duas etapas de avaliação.

Estrearam as novas regras os desembargadores Jorge Mussi, de Santa Catarina, e Sidnei Agostinho Beneti, de São Paulo, indicados para ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ). As mudanças foram propostas pelo próprio presidente da comissão, senador Marco Maciel (DEM-PE), e as sugestões foram relatadas por Jefferson Péres (PDT-AM) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Segundo o presidente da CCJ, o novo modelo foi inspirado na prática do Senado norte-americano, onde a aprovação dos nomes é ainda mais severa. Para magistrados indicados à Suprema Corte, há várias sessões de sabinas que podem levar o processo a até seis meses de duração.

Este ano, as comissões permanentes já aprovaram a indicação

de 20 embaixadores e 69 autoridades, mas seis ainda passarão pelo Plenário. São raríssimos os casos de rejeição das indicações.

Antes, as autoridades apenas apresentavam seus currículos e passavam por sabatina na comissão. Agora, precisam apresentar diversas declarações, entre elas uma sobre a existência de parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional; sobre eventual participação do indicado como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não-governamentais; e até mesmo sobre a sua situação fiscal e eventuais ações judiciais das quais seja parte.

Além disso, precisam fazer uma argumentação por escrito, em que demonstrem ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Na primeira etapa de avaliação dos nomes, o relator apresentará seu parecer à comissão, com recomendações, caso necessário, para que o indicado preste informações adicionais. Nessa fase, não é necessária a presença do candidato. Somente em uma segunda sessão, o indicado será submetido à arguição dos senadores, e então o relatório será votado.

Para Maciel, avaliações agora serão mais profundas

O senador Marco Maciel explicou que sua proposta poderá aperfeiçoar o processo de escolha das autoridades, atendendo a uma reivindicação dos próprios integrantes da CCJ, que achavam as sabinas "muito superficiais".

Jornal do Senado – Por que o senhor propôs as novas regras?

Maciel – O objetivo foi aprimorar o processo de escolha de autoridades indicadas pelo Poder Executivo e que são objeto de apreciação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A imprensa e os próprios senadores reclamavam do fato de as sabinas não serem aprofundadas. Não se extraía uma avaliação correta dos indicados e muitas vezes se observava que os eles não estavam correspondendo, não estavam tendo um bom desempenho no exercício das funções para as quais tinham sido indicados. Então, tudo isso criou um problema de clima para que nós buscássemos rever essa legislação. Foi o que inspirou o Ato nº 1/07 da CCJ.

De que forma o senhor pensou esse processo?

Assim que tomei posse na Comissão de Justiça, conversei com os colegas e eles acharam que era algo importante que fosse feito e aprovamos então essas mudanças, que fazem com que o exame das autoridades seja

feito com maior profundidade, inclusive sendo feito em duas etapas. Uma primeira etapa preliminar é o período durante o qual o indicado oferece uma série de informações pessoais e de caráter institucional e há um parecer prévio dos relatores. Numa segunda etapa, o indicado comparece à comissão e é aí sabatinado, mas já se tendo informações básicas sobre seu respectivo currículo. Dessa forma a sabatina, a oitiva é mais adequada, mais dinâmica, posto que os senadores estariam mais informados sobre o perfil do indicado. Com isso nós seguimos o modelo dos Estados Unidos. Lá o processo é ainda mais rigoroso, leva quase seis meses.

Na semana passada, a CCJ realizou as primeiras sabinas com a nova regra. Na prática, que mudanças foram sentidas?

Tudo foi muito bem, porque a mudança propiciou aquilo que nós gostaríamos. Uma análise mais aprofundada sobre os indicados e também interpelações mais adequadas com as funções que eles vão exercer.

O senhor acha que esse ato servirá de modelo para outras comissões?

Cada comissão tem seu perfil, seu ritual. Acho que o modelo é interessante e poderia ser estendido a outras comissões, mas isso é uma questão de economia interna de cada uma.



Marco Maciel, presidente da CCJ, e autor da idéia: transparência e rigor na análise dos indicados

Candidatos ao STJ passam pelo teste

Primeiros a cumprir as novas e mais rigorosas regras de sabatina adotadas pela CCJ, os desembargadores Jorge Mussi, de Santa Catarina, e Sidnei Agostinho Beneti, de São Paulo, tiveram suas indicações para ministro do Superior Tribunal de Justiça aprovadas pela comissão. Os pareceres favoráveis foram dos relatores Ideli Salvatti (PT-SC) e Aloizio Mercadante (PT-SP). Agora, seguem para análise do Plenário.

Durante debate na CCJ, Beneti destacou a importância do uso de meios eletrônicos, como videoconferência, em interrogatórios judiciais, ressaltando que devem ser adotadas medidas para evitar distorções da informação. Ele respondeu a preocupação do senador Antônio Carlos Valadares com a possibilidade de veto presidencial a projeto que permite o uso da videocon-

ferência. Para o desembargador paulista, a utilização de recursos modernos deve ser facultada ao juiz, que sempre poderá optar por interrogatórios presenciais.

Diante de questionamentos de Mercadante sobre a necessidade de se dotar o Judiciário de maior agilidade, Beneti apontou progressos obtidos a partir da reforma do Judiciário, como a democratização nos tribunais estaduais de Justiça. Apesar de reconhecer as dificuldades inerentes a todo processo de mudança, ele considerou que a reforma aprovada pelo Congresso permitiu avanços ao Judiciário.

Jorge Mussi também destacou o acerto da criação do Conselho Nacional de Justiça, por assegurar um espaço de controle

por parte da sociedade e ter contribuído para a padronização de procedimentos, dando mais eficiência ao Judiciário.

A experiência profissional dos dois indicados foi ressaltada por Ideli Salvatti, que questionou os desembargadores sobre a aplica-

ção prática da súmula vinculante, preocupação também apresentada pelos senadores Demostenes Torres (DEM-GO) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

A súmula determina que seja seguida a interpretação do STF sobre normas em que haja controvérsia. Beneti opinou que a aprovação da súmula vinculante implantou a idéia de que devem haver filtros para evitar a multiplicação de processos sobre questões idênticas.

Desembargadores elogiaram a criação do CNJ e da súmula vinculante



Mussi e Beneti, durante a sabatina: diálogo mais aprofundado sobre temas de interesse da Justiça

O que estabelece o Regimento Interno

Art. 99 - À Comissão de Assuntos Econômicos compete opinar sobre a escolha dos ministros do Tribunal de Contas da União (CF, arts. 49, XIII, e 52, III, b), e do presidente e diretores do Banco Central (CF, art. 52, III, d);

Art. 101 - À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania compete a escolha de ministros do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais superiores e de governador de território, escolha e destituição do procurador-geral da República (CF, art. 52, III, a, c e e);

Art. 103 - À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional compete emitir parecer sobre indicação de nome para chefe de missão diplomática de caráter permanente junto a governos estrangeiros e organizações internacionais de que o Brasil faça parte (CF, art. 52, IV).

Obs.: Outras autoridades, como diretores das agências reguladoras, também são sabatinadas pelos senadores. Mas a previsão legal para esse

ato está disciplinada nas leis de criação de cada uma. Dessa forma, cabe à comissão mais relacionada às atividades desenvolvidas por determinada agência aprovar as indicações respectivas. Para diretores da Agência Nacional do Petróleo (ANP), por exemplo, a deliberação fica a cargo da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Números

Em 2006 foram sabatinados **38** embaixadores e **32** outras autoridades, todos aprovados em Plenário.

Em 2007, de fevereiro a outubro, foram **20** embaixadores e **69** autoridades (seis ainda precisam ter seus nomes aprovados em Plenário).

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

ENERGIA Confirmadas as previsões para área de Tupi, na bacia de Santos, Brasil figurará entre os maiores produtores

Reservas de petróleo podem crescer 50%

O venezuelano Hugo Chávez chegou a chamar o presidente Lula de sheik do Brasil. Os mais entusiasmados já propunham a filiação do país à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Os mais pessimistas lembravam que o mundo cada vez mais busca alternativas aos chamados combustíveis fósseis, mais poluidores. Tudo isso porque a Petrobras anunciou, no início do mês, a descoberta de uma reserva de 5 a 8 bilhões de barris de petróleo e gás de boa qualidade em um poço na área de Tupi, na bacia de Santos – o que poderá aumentar em mais 50% as atuais reservas do país, de 14 bilhões de barris.

A reserva é a primeira encontrada pela empresa abaixo da chamada “camada de sal”, um trecho que separa a água do mar do solo mais rígido do oceano. Como essa camada é muito extensa – vai do Espírito Santo a Santa Catarina –, a Petrobras acredita que o volume descoberto em Tupi é uma pequena parte de uma nova fronteira de exploração, com mais de 800 quilômetros de extensão por até 200 quilômetros de largura.

A Petrobras sempre explorou poços acima da camada de sal. A descoberta é a primeira abaixo dessa camada, onde a lâmina d’água varia de 1.500 a 3 mil metros. Abaixo da água, há ainda entre 3 mil e 4 mil metros de solo

a serem superados. Ocorre que a extração do produto nesse local exige investimentos maiores. Para se ter uma idéia, o primeiro poço na área de Tupi demorou mais de um ano para dar resultados e custou US\$ 240 milhões.

Mas o esforço e os investimentos totais de US\$ 1 bilhão nos dois últimos anos da Petrobras e das suas sócias estrangeiras (a britânica BG e a portuguesa Petrogal) foram compensados. Quinze poços perfurados atingiram as camadas pré-sal. Oito deles produziram óleo leve de alto valor comercial e grande quantidade de gás natural, o que pode assegurar a viabilidade comercial da exploração daquelas reservas.



CÉLIO AZEVEDO

Nelson Hubner (E), ministro de Minas e Energia, com Marconi Perillo, em debate sobre a crise do gás no Brasil

Para ministro, Bolívia honrará contratos de oferta de gás

Que segurança o Brasil terá no novo acordo de gás a ser assinado com a Bolívia? Essa preocupação foi manifestada por vários senadores durante audiência na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), na terça-feira, que contou com a presença do ministro interino de Minas e Energia, Nelson Hubner. Marconi Perillo (PSDB-GO), que preside a CI, disse que 52% do gás consumido no país vem da Bolívia. O problema se agrava em relação a São Paulo, já que o estado importa da Bolívia 70% do gás consumido em todo o país.

– A tendência é que essa dependência com a Bolívia aumente em virtude do crescimento da economia brasileira – Marconi.

O ministro, entretanto, disse não acreditar que o governo boliviano desrespeite os novos acordos a serem assinados. Segundo ele, o Brasil “nunca deixou” de receber gás da Bolívia, mesmo depois da posse do presidente Evo Morales.

Mesmo constatando que o

Brasil não produz gás natural suficiente para atender à demanda interna, Hubner garantiu que o país “não enfrenta uma crise energética”. O que existe são problemas localizados no fornecimento de gás, na produção e na importação do produto, afirmou ele, ressaltando que a recente falta de gás veicular, ocorrida principalmente no estado do Rio de Janeiro, aconteceu em virtude de problemas contratuais entre

a Petrobras e as usinas térmicas. A líder do governo, Ideli Salvatti (PT-SC), concordou com o ministro e informou que a “aventada” crise do gás não ocorreu no seu estado, Santa Catarina, e nem em São Paulo.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) salientou que o ministro, ao negar a existência de uma crise energética, parecia “viver em outro país”. Para o senador, até os investidores estão se negando a participar de leilões devido à falta de um marco regulatório para o setor.

Marconi: 52% do gás usado no Brasil é de origem boliviana

Glossário

Águas ultraprofundas - A partir de 1.500 metros.

Barril - Unidade de volume igual a 158,98 litros.

Hidrocarboneto - Composto de carbono e hidrogênio. A maioria dos combustíveis (gasolina, diesel etc.) são constituídos essencialmente por hidrocarbonetos.

Óleo - Porção do petróleo existente na fase líquida nas condições originais do reservatório e que permanece líquida nas condições de pressão e temperatura de superfície.

Óleo combustível - Frações mais pesadas da destilação atmosférica do petróleo. Largamente utilizado como combustível industrial em caldeiras, fornos, etc.

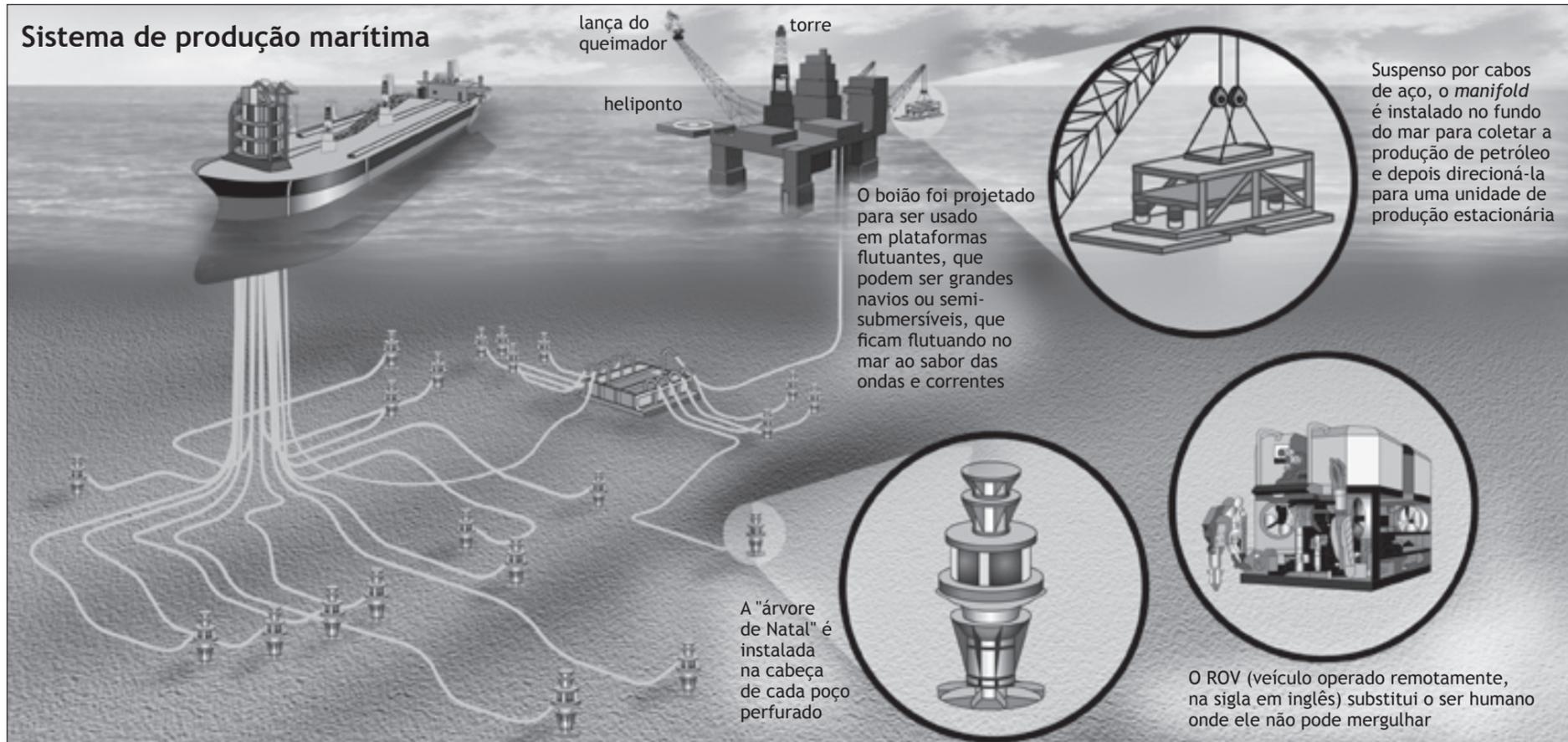
Petróleo bruto - Petróleo no estado em que se apresenta na natureza, sem ter sofrido processamento.

Zona econômica exclusiva - Faixa de água que começa no limite exterior do mar territorial (22 km) e termina a uma distância de 370 km, na qual o Estado costeiro dispõe de direitos de exploração de recursos marinhos.



Operária da Petrobras: nova reserva pode conter entre 5 e 8 bilhões de barris de óleo e gás

Sistema de produção marítima



ENERGIA A Petrobras é a maior produtora do mundo em águas profundas, de onde saem 70% do seu petróleo

Crescimento acelerado em meio século

Quando a Petrobras foi criada, em 1954, a produção nacional era de 2,7 mil barris/dia, o equivalente a menos de 3% das necessidades nacionais. Em 1974, quando foi descoberto o campo de Garoupa, primeiro na bacia de Campos (RJ), a produção atingira 178 mil barris/dia, cerca de 29% do consumo do país.

Em 1998, chegou-se a 1 milhão de barris/dia, atendendo a 58% do consumo. Em 2002, 1,5 milhão de barris produzidos diariamente já supriam 85% das necessidades do mercado brasileiro. A produção atual já assegura a auto-suficiência, ultrapassando a barreira dos 1,9 milhão de barris.

Até hoje, a Petrobras descobriu no Brasil 25 bilhões de barris de petróleo e gás natural, dos quais já foram produzidos 11 bilhões de barris.

O índice de sucesso exploratório da Petrobras atingiu os 55% em 2005, bem acima da média mundial, de 25%. Isso significa que a companhia encontrou petróleo em mais da metade dos poços que perfurou.

ARQUIVO PETROBRÁS



Plataforma da Petrobras: além da profundidade em si, prospecção no mar enfrenta desafios como a pressão e a temperatura da água

Tecnologia nacional garante exploração

Em largas áreas da bacia de Campos, responsável por mais de 80% da produção nacional, o oceano é ocupado por dezenas de plataformas. No fundo do mar, o cenário é formado por toneladas de equipamentos, mais de mil poços, milhares de quilômetros de dutos submarinos, máquinas e robôs. Mas, para chegar a esse patamar, a Petrobras teve que dar um salto tecnológico sem par no ramo do petróleo.

Quanto mais profundo o campo petrolífero, maiores são as adversidades, causadas, principalmente, pelo aumento da pressão exercida pela água. Tecnologias de perfuração já garantem chegar a profundidades superiores a 3 mil metros a partir do

metros, os mergulhadores não podem ir. Por isso, saíram dos laboratórios da empresa veículos-robôs, operados por controle remoto, que instalam, ajustam e dão manutenção à aparelhagem.

Antes da exploração em si, são feitas pesquisas geofísicas. Elas permitem aos geólogos reconstituir as condições em que o petróleo se formou e se acumulou naquela área, há milhões de anos. Processados em computador, os dados formam uma espécie de radiografia do subsolo, resultando em mapas que, associados a

outras informações geológicas, indicam áreas com potencial para ocorrência de petróleo.

Só então os técnicos decidem onde perfurar o poço exploratório pioneiro, única

Pressão a 2 mil metros é 200 vezes maior que a da superfície

fundo do mar. O problema é vencer a coluna de água e trazer o óleo até a superfície.

Quanto mais fundo, mais frio, maior a pressão, mais intensa a fadiga dos dutos que interligam a plataforma à saída do poço. Para dar uma idéia, a 2 mil metros abaixo do nível do mar, não há luz, a temperatura é de 4 graus celsius e a pressão, 200 vezes maior que a da superfície do mar. Conforme a pressão e a temperatura do óleo, crescem as limitações para ter boa fluidez do óleo no duto. O petróleo esfria no trecho dos dutos na água do mar, o que pode inviabilizar a produção.

Além disso, abaixo dos 300

metros, os mergulhadores não podem ir. Por isso, saíram dos laboratórios da empresa veículos-robôs, operados por controle remoto, que instalam, ajustam e dão manutenção à aparelhagem.

forma de atestar a viabilidade comercial da área. A sonda é instalada sobre plataformas flutuantes ou semisubmersíveis, sustentadas por estruturas posicionadas abaixo dos movimentos das ondas. A perfuração é um desafio à parte. A cada 27 metros, os sondadores encaixam um novo tubo. A broca perfuradora na extremidade do primeiro tubo tem uma vida útil curta, por isso precisa ser trocada diversas vezes. A cada mudança de broca, retiram-se todos os tubos de 27 metros, faz-se a troca, recoloca-se os tubos e reinicia-se a perfuração. Se o poço estiver a 4 mil metros, por exemplo, serão necessárias mais de 200 operações com tubos.

Em águas profundas, quebra de recordes

Em 2006, a Petrobras alcançou a auto-suficiência em petróleo e 70% da produção eram oriundos de poços nessas águas, a maioria deles na bacia de Campos (RJ) – alguns abaixo de 1.800 metros. Isso faz dela a maior produtora em águas profundas e ultraprofundas do mundo.

Para chegar a esse nível, a Petrobras desenvolveu tecnologias adaptadas às águas que ninguém ainda havia explorado – nem

mesmo nas famosas áreas de exploração do Mar do Norte, na Europa – e criou equipamentos e métodos de produção capazes de suportar as condições extremas do fundo do mar.

O passo decisivo foi dado em 1986, com o lançamento do Programa Tecnológico para Desenvolvimento de Exploração em Águas Profundas (Procap), com a meta inicial de produzir petróleo em até mil metros de

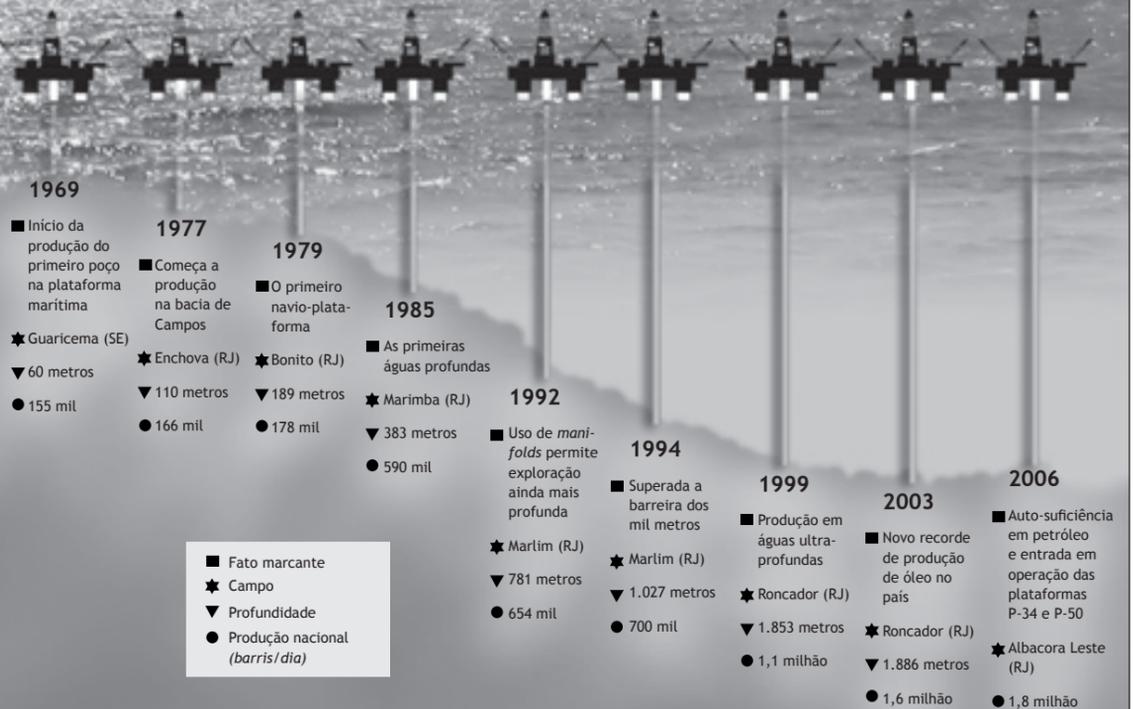
profundidade. Já em 1994, no poço de Marlim (RJ), com o Procap-2000, viabilizou-se a produção em águas duas vezes mais profundas.

No novo programa em desenvolvimento, o Procap-3000, US\$ 170 milhões serão investidos para permitir a exploração de poços ainda mais profundos, como os que certamente surgirão nas gigantescas reservas descobertas no início de novembro.

Os poços brasileiros mais importantes em alto-mar



Uma história de sucesso em águas profundas



COMISSÕES



Malta (E), deputado Eduardo Gomes, Casagrande e Thelma Krug debatem Protocolo de Kyoto; na Praça dos Três Poderes, populares pedem proteção ao meio ambiente

Clima: Brasil quer metas mais rígidas

O Brasil deve defender, na 13ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP 13) e na 3ª Reunião das Partes (MOP) do Protocolo de Kyoto, que serão realizadas em Bali, na Indonésia, em dezembro, um caminho semelhante ao que já determina o protocolo, mas com os países desenvolvidos assumindo metas mais ousadas que as definidas anteriormente. Já os países em desenvolvimento contribuiriam com mecanismos efetivos para a redução das emissões de carbono na atmosfera.

Essa foi a posição unânime dos debatedores na audiência pública na Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que discutiu uma possível imposição de metas para o Brasil no período pós-2012, quando se encerra a primeira etapa do Protocolo de Kyoto – acordo com parâmetros para a redução de emissão de carbono –, firmado na década de 90.

Os debatedores disseram que é mais fácil estabelecer novas metas em cima do que já está firmado, para que não se paralise as dis-

cussões por mais uma década.

– O que se espera é um acordo consensual, um roteiro para as negociações das novas metas, em 2009 – disse Thelma Krug, secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Ela afirmou que os países em desenvolvimento, especialmente os da Europa, precisam se comprometer de forma mais audaciosa e mostrar engajamento. Isso porque, mesmo entre eles, que precisavam cumprir limites, houve um aumento de 12% em média nas emissões. Para Thelma, são necessárias ações domésticas, e não só no mercado de crédito de carbono (investimento em projetos limpos em países em desenvolvimento).

– A lição tem que ser feita em casa também – enfatizou.

O Brasil, explicou, é considerado exemplo pelos esforços para proteger o clima e o meio ambiente, sempre discutindo o assunto e assumindo posições de liderança em temas como os biocombustíveis, o álcool e o

monitoramento da floresta amazônica. Ela refutou a acusação de que os países em desenvolvimento, no geral, se mantêm de “braços cruzados”. Mas concordou que existem gargalos, como os incêndios que consomem a floresta amazônica e alçam o país à quarta posição no ranking de maiores emissores de carbono.

O embaixador extraordinário para a mudança do clima do Ministério das Relações Exteriores, Sérgio Serra, lembrou que os esforços para controlar emissões no Brasil, China, África do Sul e México equivalem a mais de 40% das metas compulsórias dos países desenvolvidos signatários do protocolo.

– E esses países ainda têm que cumprir sua agenda de desenvolvimento e resolver seus problemas de desigualdade – acrescentou o embaixador.

Participaram da reunião os senadores Renato Casagrande (PSB-ES), Magno Malta (PR-ES) e Delcídio Amaral (PT-MS), além de diversos deputados federais.

Secretário do MCT questiona limitação

O Brasil não pode assumir metas de redução de emissões de carbono porque a ação é incompatível com as determinações no Protocolo de Kyoto, que estabeleceu metas de redução apenas para os países desenvolvidos, e isso afetaria a continuidade dos mecanismos de desenvolvimento limpo, os MDLs, alternativas para que esses países cumpram seus limites de redução investindo em projetos de desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento.

A posição foi defendida pelo coordenador de mudanças climáticas globais do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), José Miguez, na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas. Ele aponta incompatibilidade e contradição legal, mas também perigo para o avanço brasileiro.

– Para os países em desenvolvimento, a meta

é uma camisa-de-força que nos imobiliza, perderemos competitividade – opinou.

Por esses motivos, o coordenador do MCT posicionou-se contra o projeto do deputado Sarney Filho, que estabelece a meta de 5,2% para a redução das emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa, a ser atingida até o ano de 2012, em relação ao percentual emitido em 1990.

Outro detalhe apontado por ele, que prejudica o cumprimento da proposta, é a ausência de legislação que obrigue, por exemplo, as empresas a informarem sobre as suas emissões de carbono.

Miguez apontou o fato de o Brasil ser protagonista nas discussões sobre proteção ao meio ambiente, mas reconheceu a necessidade de avançar nas políticas públicas para o meio ambiente e no controle das queimadas na floresta amazônica.

Ottomar critica retirada de não-índios de reserva

O governador de Roraima, Ottomar Pinto, disse em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores (CRE) que o governo brasileiro está agindo na contramão da tendência internacional de povoar as áreas de fronteira. Ele condenou a forma pela qual estão sendo retirados os não-índios da área da reserva indígena Raposa Serra do Sol, perto das fronteiras com a Venezuela e a Guiana.

– O grande prejudicado por essa política não é apenas o povo de Roraima, mas também o povo brasileiro. Aquela está se tornando uma terra de ninguém, onde até para se hastear uma Bandeira Nacional já houve problema, porque o tuxaua local não queria permitir – afirmou Ottomar, que esteve na comissão acompanhado por deputados estaduais.

A audiência foi promovida a pedido de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que presidiu a reu-



Mozarildo (E) com o governador de Roraima, Ottomar Pinto, em audiência que debateu situação da reserva Raposa Serra do Sol

nião. Em seu requerimento, o senador demonstrou preocupação com uma operação da Polícia Federal, intitulada Upakaton 3, destinada a retirar a população de não-índios que ainda se encontra na área da reserva. Assim como o governador, ele realçou que muitos residentes – inclusive plantadores de arroz provenientes do Rio Grande do Sul – vivem no local há muito tempo.

Já Augusto Botelho (PT-RR) disse esperar que se alcance um acordo com os produtores de arroz, para que não morram pessoas no estado por causa de problemas de terras. Segundo ele, muitas organizações não-governamentais (ONGs) pressio-

naram o governo para ampliar a área da reserva e o que está em jogo é o “grande potencial mineral” de Roraima.

– Estão guardando reservas minerais para serem exploradas pelos países ricos – afirmou.

A busca de uma solução negociada também foi defendida por Eduardo Suplicy (PT-SP), para quem o presidente Lula levou em conta “fortes apelos” em favor da demarcação da reserva.

Segundo Ottomar, 47% da área do estado são reservas indígenas e 23% abrangem unidades de conservação. Segundo ele, há informações de que as reservas minerais de Roraima são superiores às de Carajás, no Pará.

CNI oferece em quatro anos cursos a 16 milhões

Com um investimento de R\$ 10,5 bilhões, o programa Educação para a Nova Indústria, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deverá garantir 16,2 milhões de matrículas de jovens e adultos nos próximos quatro anos. A informação é do presidente da CNI, deputado Armando Monteiro (PTB-PE), que participou de audiência na Comissão de Educação (CE) na quarta-feira. Os cursos, explicou, serão oferecidos nas áreas de educação básica, continuada e profissional.

A audiência pública foi proposta pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) para debater o programa educacional da CNI. De acordo com Armando Monteiro, essa iniciativa é a resposta que a entidade oferece “ao momento desafiador pelo qual passa o Brasil”, uma vez que a indústria brasileira está cada vez mais exposta à competição internacional e qualificar a mão-de-obra é imprescindível para o crescimento e o desen-

volvimento do Brasil.

O programa foi concebido de forma confederativa, baseado no chamado Sistema S, reunindo e consolidando orçamentos de 27 departamentos regionais do Serviço Social da Indústria (Sesi) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). O Sistema S é formado por organizações criadas pelos setores produtivos – indústria, comércio, agricultura, transportes e cooperativas – com a finalidade de qualificar e promover o bem-estar social de seus trabalhadores.

Para o presidente da comissão, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), é a “primeira vez que há um discurso desses vindo de alguém da classe produtora”. Cristovam elogiou a “percepção de que hoje a educação é o insumo fundamental”. Disse ainda que o programa educacional da CNI é “pretensioso” mas, “diante do tamanho do Brasil, toda essa ambição ainda fica pequena”.

COMISSÕES

Governo pede recriação da Sudeco sem modificações

O secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional, José Antonio da Silva Parente, apelou aos senadores para que aproveitem o "momento histórico, quando há um esforço do governo federal para recriar a Sudam e a Sudene", e aproveitem o projeto de lei complementar que recria a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco) com o mesmo

texto já aprovado pela Câmara (PLC 119/06). A reivindicação, feita em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), foi

repetida pelo outro representante do Ministério da Integração Nacional, o diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste, Christian Periller Schneider.

O terceiro debatedor, o ex-secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Marcos Formiga, observou que o Centro-Oeste tem

pressa e o momento é de decisão. Ele afirmou que questões como o modelo jurídico, o nome da nova instituição e outros detalhes poderão ser aperfeiçoados no futuro.

– O importante é não perder o bonde da história, pois o Centro-

Oeste tem perdido espaço para o Norte e o Nordeste – lamentou.

Por sua vez, o ex-diretor de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste e ex-diretor de Políticas Regionais do Ministério da Integração Nacional, Valdemar Ottani, sugeriu que a nova Sudeco deveria ter uma estrutura pequena mas tecnicamente capaz de detectar as possibilidades de investimento na região, resolver os gargalos na infra-estrutura, fortalecer a integração

entre os municípios, melhorar os recursos humanos e contar com um organismo que possa financiar os projetos.

A presidente da CDR e relatora do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), não se

disse convencida da validade de recriar a Sudeco sem que o organismo disponha de condições mínimas para fomentar o desenvolvimento do Centro-Oeste.

– Minha dificuldade, hoje, em relatar esse projeto, se prende a isso: o Centro-Oeste não precisa de um órgão que já começa capengando, que não tem flexibilidade, nem estrutura própria, nem um banco para gerenciar os fundos. Não podemos permitir a criação de um cabide de empregos – afirmou Lúcia Vânia.

Relatora, Lúcia Vânia não se disse convencida da validade de recriar Sudeco

Petrobras anuncia investimentos de R\$ 1,2 bilhão em projetos sociais

A Petrobras prevê investir R\$ 1,2 bilhão em projetos sociais até 2012, informou Luiz Fernando Nery, gerente de Responsabilidade Social da empresa, durante audiência pública conjunta das comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS).

Conforme destacou, o programa Desenvolvimento e Cidadania Petrobras, que integra o plano de negócios da empresa, adotará novas metodologias de seleção pública dos projetos com o objetivo de ampliar a participação na escolha das iniciativas que serão apoiadas.

Os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Patrícia Saboya (PDT-CE), respectivamente presidentes da CDH e da CAS, elogiaram o compromisso da Petrobras com o desenvolvimento do país e destacaram as contribuições da

empresa na redução das desigualdades, no apoio a crianças e adolescentes e na geração de oportunidades para grupos excluídos em todo o país.

Nery fez um balanço do Programa Petrobras Fome Zero, realizado de 2003 a 2007, que

aplicou R\$ 386 milhões em 2,5 mil projetos de desenvolvimento social, promovendo o atendimento direto a 2,4 milhões de pessoas e indireto a 8 milhões de brasileiros. O trabalho, disse, foi realizado por meio de 18 mil parcerias com entidades organizadas da sociedade civil e prefeituras, em 2.300 municípios.

Nery enfatizou que o aprimoramento do processo de gestão permitiu à Petrobras ampliar os investimentos, estabelecendo a meta de 4 milhões de atendimentos diretos e 13 milhões indiretos até 2012.

Fome Zero da Petrobras aplicou R\$ 386 milhões em quatro anos



Paulo Paim (2º à esq.), na audiência pública conjunta: elogios ao compromisso da Petrobras com o desenvolvimento do país

Farmácias criticam proposta da Anvisa

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o presidente da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma), Sérgio Mena Barreto, criticou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) por sua proposta de consulta pública para regulamentar o comércio nas drogarias e farmácias. Para Mena Barreto, se a proposta da Anvisa for transformada em resolução, provocará sérios efeitos negativos no setor de farmácias. Além dos problemas econômicos, poderá afetar o acesso da população de baixa

renda – as chamadas classes D e E – a produtos e serviços.

Os produtos farmacêuticos, segundo ele, oferecem baixa margem de lucro e as farmácias precisam ampliar sua oferta fora da área de medicamentos para manter seus negócios. Existem 55 mil farmácias em todo o Brasil que empregam cerca de 650 mil pessoas, informou Mena Barreto.

Pesquisas do Ibope e do Vox Populi, ainda conforme o presidente da Abrafarma, revelam que mais de 70% das pessoas consultadas são a favor da venda de outros produtos nas farmácias, além dos medicamentos.

Por sua vez, o presidente da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico (ABC Farma), Pedro Zidoi, disse que a Anvisa deseja atribuir aos farmacêuticos funções que são próprias dos donos das farmácias como, por exemplo, a decisão sobre os medicamentos que devem ser estocados para oferta ao público.

O representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Cécito Augusto de Freitas Esteves, afirmou que a Anvisa não é uma agência reguladora e não pode impedir que as farmácias vendam produtos como cartões telefônicos, por exemplo.



Patrícia Saboya ouve participantes da audiência pública: maioria condenou a sugestão da Anvisa

Para agência, sociedade é que deve decidir

O diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo, explicou à CAS que o objetivo da consulta pública é discutir com a sociedade o papel que devem desempenhar esses estabelecimentos. Em sua opinião, produtos que não possuam natureza sanitária devem ser eliminados das farmácias e drogarias.

Apenas farmácias e drogarias estão autorizadas a comercializar medicamentos, pois cumprem exigências específicas, como a presença de profissionais técnicos com capacitação em nível superior, afirmou Dirceu

Raposo. Para ele, tais estabelecimentos devem trabalhar apenas com sua finalidade principal, já que outros comerciantes não estão autorizados a vender remédios, além dos produtos que comercializam. Dirceu Raposo relatou que há farmácias que vendem até mesmo mercadorias prejudiciais à saúde, como, por exemplo, cigarros e charutos, que fazem parte do que ele denominou de "lista negra".

– Alguns estabelecimentos farmacêuticos colocam à disposição do cidadão até medicamentos: vendem cerveja, lâmpadas, salgadinhos com

gordura trans, raspadinhas e seguro de vida válido para um dia. É isso que o povo espera do estabelecimento? – perguntou, após apresentar fotografias de farmácias que vendem os mais variados produtos.

O texto do regulamento, explicou Dirceu, começou a ser discutido em maio de 2005 e foi elaborado por cerca de 5 mil pessoas, com consulta aos conselhos regionais de Farmácia, de Medicina e de Enfermagem. O documento está sendo discutido por meio de audiências públicas com especialistas em todo o Brasil.

Medida restringe o que pode ser vendido

A Anvisa, por meio da Consulta Pública 69, abriu prazo para apresentação de críticas e sugestões em relação à proposta de resolução para instituir o Regulamento Técnico de Boas Práticas Farmacêuticas em Farmácias e Drogarias. De acordo com o regulamento, as farmácias e drogarias não poderão comercializar mercadorias como sucos, refrigerantes, chicletes,

biscoitos, sorvetes, cigarros, bijuterias, entre outros, que já sejam vendidos por estabelecimentos especializados – supermercados, armazéns e lojas de conveniência.

Os estabelecimentos farmacêuticos têm permissão, segundo o item 7 do regulamento, para comercializar medicamentos, alimentos para dietas ou suplementação nutricional, adoçantes dieté-

cos, vitaminas, minerais, bem como cosméticos, perfumes, produtos médicos, produtos de higiene pessoal, entre outros.

Todos os estabelecimentos farmacêuticos deverão observar o regulamento, exceto setores de distribuição de medicamentos e estabelecimentos de atendimento privativo de unidade hospitalar ou equivalente.

PLENÁRIO

Alvaro Dias prevê apagão postal no país

O país pode amargar, já a partir desta terça-feira, um novo apagão: o postal. A previsão foi feita na sexta-feira passada pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR). O motivo, segundo ele, é que os contratos celebrados no início da década de 1990 entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e os franqueados dos Correios expiram nesse dia.

– Esse absurdo demonstra a completa falta de planejamento e de gerenciamento do atual governo – protestou Alvaro Dias, que também condenou a intenção do Executivo de, nesta segunda-feira, editar uma medida provisória (MP) prorrogando os contratos com os franqueados para evitar o caos no sistema postal.

Segundo o senador, o próprio Tribunal de Contas da União (TCU) já avisou que a prorrogação de contratos de prestação de serviços, a exemplo dos franqueados dos Correios, é inconstitucional, sendo necessário o processo de licitação.

Atualmente, conforme infor-

mou Alvaro Dias, existem no país 966 donos de franquias, o que representa 23% do total das agências.

Condenação da CPMF

O senador pelo Paraná também voltou a condenar a prorrogação da Contribuição Provisória de Movimentação Financeira (CPMF). Para ele, o governo vem registrando excesso de arrecadação, razão pela qual não se justifica a prorrogação do imposto, que classificou de injusto.

Como exemplo, informou que no último mês de outubro foi registrado novo recorde de arrecadação – R\$ 74 bilhões –, representando um aumento de 12% em relação a outubro do ano passado.

Alvaro Dias protestou ainda



Alvaro protesta contra intenção do governo de editar MP prorrogando contratos

contra a detenção, pelo Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), de três jornalistas, ocorrida na última quarta-feira na cidade de Cascavel (PR). Para o senador, a detenção representou uma agressão a uma das mais respeitadas instituições brasileiras: a imprensa.

Mão Santa critica desperdício em obras

Ao enfatizar que o Senado é a Casa da Federação, que tem a finalidade de defender os interesses dos estados, o senador Mão Santa (PMDB-PI) denunciou em Plenário, na sexta-feira, a existência de numerosas obras paralisadas no país inteiro, que desperdiçam o dinheiro público sem trazer nenhum benefício para a população.

– Ouço falar de PAC e bilhões de reais para obras e mais bilhões para lá, mas, na realidade, esses anúncios não correspondem aos fatos. Como o Parlamento vale por sua capacidade de denunciar, vou fazê-lo em relação ao meu estado, o Piauí – disse.

Mão Santa citou, entre outras obras paralisadas em seu estado, o metrô de superfície de Teresina e a ponte comemorativa dos 150 anos da cidade (Teresina já completou 158 anos), bem como o projeto de irrigação Tabuleiros Litorâneos, ainda da época do governo Sarney.

Cristovam: corrupção e insensibilidade geram autocracia

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), a corrupção e a insensibilidade dos políticos podem levar o país a tornar-se uma autocracia. Ao discursar em Plenário na sexta-feira, o senador citou o caso da Venezuela, onde, na sua avaliação, “a insensibilidade histórica das elites em relação à população e a perda de credibilidade da classe política levaram o povo a apoiar o governo autocrático de Hugo Chávez”. O senador ressaltou, no entanto, que não estava se referindo ao presidente Lula, “porque Lula não tem vocação para isso”.

Cristovam disse que “é preciso entender o que aconteceu com a Venezuela, como se chegou a Chávez, pois, na década de 70, esse país tinha uma democracia, enquanto Argentina e Brasil estavam sob ditaduras”. Para ele, isso ocorreu porque, antes de Chávez, a Venezuela “passou por 50 anos de falsa alternância de poder”, sob o monopólio de dois partidos.

Azeredo nega acusações de caixa dois

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) divulgou nota à imprensa, na quinta-feira, negando acusações feitas pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, de peculato e lavagem de dinheiro no chamado mensalão tucano.

A denúncia de Souza abrange outras 14 pessoas, incluindo Walfrido dos Mares Guia, até então ministro das Relações Institucio-

nais do governo Lula.

Azeredo reafirma na nota que não houve mensalão em Minas Gerais. Segundo ele, as questões financeiras envolvendo a campanha eleitoral de 1998 não foram de sua responsabilidade.

“A campanha eleitoral de 1998 foi feita pela empresa Duda Mendonça (DM). A SMP&B [empresa do publicitário mineiro Marcos Valério] não foi por mim contra-

tada. A agência produziu parte do material de campanha e eventos, já que o então candidato a vice-governador havia sido sócio da empresa”, diz a nota.

Azeredo nega também o desvio de recursos públicos para a campanha de 1998. Segundo ele, os empréstimos feitos pela SMP&B perante o Banco Rural não tiveram seu conhecimento ou autorização.

MERCOSUL

Hugo Chávez provoca divergências em sessão

Mesmo sem estar presente e antes mesmo de a Venezuela participar efetivamente do Mercosul, o presidente do país, Hugo Chávez, provocou divergências na 7ª Sessão Ordinária do Parlamento do bloco, que se reuniu na segunda-feira passada em Montevideú. As posições contra e a favor dos pleitos e ações de Chávez geraram as mais acaloradas discussões.

O deputado Cláudio Díaz (PSDB-RS), falando em nome do Congresso brasileiro, “repudiou a ameaça de proliferação de armamentos e os riscos de uma corrida armamentista, que não encontra justificativa em nosso contexto de integração” – numa referência indireta ao presidente venezuelano.

O outro tema controverso foi quanto à aprovação de uma “delegação de respaldo”, em nome do Mercosul, para Chávez negociar junto às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) a libertação de reféns em poder da guerrilha – inclusive

parlamentares, dos quais não se tem comprovação de que estejam vivos. A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) solicitou vista ao pedido por não concordar com a inclusão de expressões de “culto à personalidade”, como a de que Chávez “conta com o beneplácito e o respaldo de numerosos governos, organismos internacionais e personalidades de todo o mundo, conscientes de sua liderança regional”.

Depois de muita polêmica, coube ao deputado Dr. Rosinha (PT-PR) fazer uma questão de ordem e propor um texto substitutivo para a retirada do parágrafo que citava Chávez.

– O tema é importante para várias nações: o presidente Chávez foi chamado por uma senadora colombiana para tentar encontrar uma saída para o caso e não podemos deixar de apoiá-lo – disse.

Também na segunda, os parlamentares brasileiros discutiram as dificuldades operacionais enfrentadas pela delegação no Parlamento do Mercosul.

Seminário debate aspecto social da integração regional

O seminário “O Parlamento do Mercosul e os Direitos Humanos”, realizado na Câmara, na semana passada, discutiu a importância do órgão como um espaço para que a sociedade civil e seus representantes construam uma integração regional incluyente e socialmente orientada com base na defesa e na promoção dos direitos humanos.

O presidente do Parlamento do Mercosul, deputado uruguaio Roberto Conde, propôs a criação de um centro de memória sobre a repressão promovida pelos governos militares nos países integrantes do Mercosul.

A procuradora federal Ela Wiecko, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, elogiou a proposta de criação do órgão, dizendo que o processo de integração sul-americana estava restrito ao campo econômico. Já o pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Econômicas, Maurício Santoro, opinou que os países do bloco devem adotar uma política comum voltada para a juventude.



Romeu Tuma (E), Moroni Torgan e Edison Lobão em sessão destinada a homenagear os missionários mórmons

Senado homenageia missionários mórmons

O Senado homenageou na sessão de quinta-feira os missionários da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, também conhecida como Igreja Mórmon, que iniciaram suas pregações no Brasil há 80 anos. A homenagem foi solicitada por Edison Lobão (PMDB-MA).

– Para a Igreja Mórmon, a unidade familiar é a base principal do equilíbrio social, da harmonia e da felicidade. Os seus pregadores ensinam que o casamento é sagrado, os seus ensinamentos religiosos têm o poder de fortalecer a estrutura familiar e de engrandecer o lar, porque baseados na paz e na esperança. Para solidificar esses laços, a Igreja incentiva o estudo do Evangelho e destina às famílias a maioria de suas atividades – ressaltou Edison Lobão.

Também discursaram enaltecendo os mórmons os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Romeu Tuma (PTB-SP), Mão Santa (PMDB-PI), Eduardo Su-

plicy (PT-SP), Gerson Camata (PMDB-ES) e Marconi Perillo (PSDB-GO).

Compuseram a Mesa, durante a homenagem, Ronaldo Costa, representante da Igreja Mórmon, Murad Karabachian, presidente da Câmara Brasileira de Comércio de Utah (estado americano onde está sediada a igreja); Clóvis Lemes, representante do estado de Utah e o ex-deputado Moroni Torgan.

Os missionários norte-americanos de Utah fundaram a Igreja Mórmon em 1830, liderados pelo profeta Joseph Smith. Trata-se de uma igreja cristã, mas não é católica nem protestante. Seus seguidores consideram-na, na verdade, uma restauração da igreja original estabelecida por Jesus Cristo.

A Igreja Mórmon está espalhada por inúmeros países. No Brasil, existem cerca de 650 capelas, em todos os estados, além de templos em São Paulo, Recife, Campinas (SP), Porto Alegre e Curitiba.

Voz do Leitor

ORDEM JURÍDICA

"O combate ao decretismo que compromete o saber jurídico no Brasil facilitará a atividade de profissionais e estudantes que lidam diuturnamente com a confusão da legislação pátria, além de oferecer ao cidadão segurança e certeza jurídica."

Marcelo Ornelas Deles, de Montes Claros (MG)

DESSERVIÇO

"O mau atendimento prestado ao cidadão em repartições públicas tem a sua origem no ego arrogante do funcionário público, no corporativismo e na certeza da impunidade das falhas cometidas."

Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)

ELOGIO

"Parabenizo a senadora Patrícia Saboya pelo trabalho realizado no Senado Federal na luta em defesa das crianças e dos adolescentes do Brasil."

Sebastião Pereira de Oliveira, de Iaciara (GO)

DESARMAMENTO

"Protesto contra o Estatuto do Desarmamento. Como cidadão, tenho o direito de ter a minha arma nas condições anteriores ao estatuto que está em vigor."

Cláudio dos Santos Silva, de Rio Claro (SP)

PREOCUPAÇÃO

"Já é momento de os senadores largarem de investigar uns aos outros. O Brasil está carente, precisando de uma educação de qualidade, uma saúde de boa qualidade, estradas em perfeitas condições de tráfego. Então, isso é o que vocês senadores devem investigar, para que todos esses problemas sejam resolvidos. Os senadores só se

preocupam com a imagem do Senado Federal e eu pergunto: E o povo pobre brasileiro? Os senhores senadores estão verdadeiramente se preocupando com ele?"

Gildásio Brito dos Santos, de Barra do Corda (MA)

GASTOS PÚBLICOS

"Sugiro um projeto determinando que os senadores prestem contas semestralmente de seus gastos de gabinete pela internet, com publicação no Jornal do Senado."

Juvêncio Leite, de Pirapozinho (SP)

SEGURANÇA

"Os parlamentares só se mobilizam para votar projetos a favor da segurança pública perto das eleições."

Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)

AVALIAÇÃO

"Sugiro a elaboração de um projeto de lei para que todos os candidatos ao cargo de vereador passem obrigatoriamente por provas de avaliação."

Tiago Alves Cabral, de Pindamonhangaba (SP)

PARTIDOS POLÍTICOS

"Os senadores que trocaram de partido em outubro, na minha opinião, faltaram com o respeito a seus eleitores, por colocarem os interesses particulares acima dos interesses públicos."

João Paulo Flores Torres, de Juazeiro do Norte (CE)

AGRADECIMENTO

"Agradeço ao senador João Durval por ser contrário à criação do estado do rio São Francisco."

Marcus Antonio de Souza Lobo, de Feira de Santana (BA)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Ambiente legal

Clima "maluco" bate recorde

Diversos países registraram este ano um número recorde de condições climáticas extremas que resultaram em inundações, ondas de calor, tormentas e frio intenso. A constatação é da Organização Meteorológica Mundial

(OMM), agência das Nações Unidas para o clima. As alterações confirmam as previsões do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, que alertou para um aumento desses fenômenos relacionados ao aquecimento global.

Borra de café contra a dengue

Autoridades sanitárias dizem que uma solução natural e barata pode fazer a diferença no combate à dengue: a borra de café. A bióloga Alessandra Laranja, da Unesp, descobriu que a borra de café bloqueia a postura e o desenvolvimento dos ovos do mosquito que transmite a dengue. O processo é simples: misturam-se duas colheres de borra em meio copo de água. Depois, coloca-se o produto

em pratos que ficam embaixo de vasos com plantas, dentro de bromélias e sobre a terra de vasos, jardins e hortas.



Trabalhar em casa faz bem: reforça o moral e a satisfação com o emprego e reduz o estresse, de acordo com pesquisa feita na Universidade da Pensilvânia (EUA). Longe do escritório, valendo-se de computadores, celulares e outros equipamentos eletrônicos, o indivíduo tem maior controle sobre a forma pela qual desempenha sua atividade, afirma o professor Ravi Gajendran. Pesquisa mostra que no ano passado havia 45 milhões de norte-americanos trabalhando em casa, contra apenas 4 milhões em 2003, divulga a revista *WorldatWork*.

Premiê quer tecnologia ecológica

O premiê britânico, Gordon Brown, defende "uma grande mudança em nossa economia energética", que exige "uma quarta revolução tecnológica" para cortar a emissão de gases poluentes e salvar o planeta. Segundo Brown, o impulso ao setor de tecnologia ecológica é capaz de gerar 25 milhões de empregos e bilhões de dólares anuais no mundo antes de 2050. O premiê observou que "a crise da mudança climática é produto de muitas gerações, mas superá-la deve ser o projeto desta geração".

PERIGO DO LIXO HOSPITALAR - O lixo hospitalar representa, se não receber manejo adequado, um grande perigo tanto para a saúde das pessoas quanto para o meio ambiente. Calcula-se que o Brasil gere mais de mil toneladas desse lixo por dia, das quais apenas 290 toneladas são tratadas adequadamente. As autoridades ambientais de estados e municípios são responsáveis pelo licenciamento e fiscalização. Dados mostram que apenas 63% dos municípios possuem coleta especializada. A população deve denunciar qualquer irregularidade aos órgãos de meio ambiente.

Frases

"A minha vida sempre foi limpa, vai continuar sendo. Nunca houve mensalão em Minas Gerais. Agora terei oportunidade de provar isso e mostrar com clareza a minha vida pública"

Eduardo Azeredo, em reação à denúncia do Ministério Público ao STF que o envolve em caixa dois de campanha política.

"A partir de agora, vamos ser da base sem ser do Bloco de Apoio ao Governo. Nós nos desatrelamos do PT"

Mozarildo Cavalcanti, ao anunciar que o PTB está fora do Bloco de Apoio ao Governo.

"É um ato natural. Sair do bloco não quer dizer sair do governo. Isso não afetará em nada a votação de matérias como, por exemplo, a CPMF"

Tião Viana, sobre a decisão do PTB de deixar o bloco do governo.

"O que foi cometido pela polícia da governadora Ana Júlia é inadmissível. Se a jovem era menor ou não, em hipótese alguma uma mulher pode ser colocada em uma cela com 20 presos"

Flexa Ribeiro, lamentando o crime contra a jovem paraense.

"Somos fabricantes de regimes autoritários; estamos fabricando em algum lugar deste país alguém que vai ocupar o papel que [o presidente Hugo] Chávez faz hoje na Venezuela"

Cristovam Buarque, criticando o Congresso e a classe política.

"Esta é a prova inequívoca de que estão corretas as políticas que vêm sendo adotadas pelos governos com perfil profundamente diferenciado dos anteriores que atuaram naquela lógica do Estado mínimo, do desenvolvimento para poucos e de primeiro crescer para depois distribuir"

Ideli Salvatti, sobre dados da Cepal de que 15 milhões de latino-americanos saíram da pobreza e outros 10 milhões deixaram a indigência em 2007.

Foto da Semana

O senador Cristovam Buarque aproveitou o Dia da Bandeira, em 19 de novembro, para chamar a atenção ao fato de que mais de 16 milhões de brasileiros - 13,6% da população - são analfabetos. Ele promoveu ato público em que uma grande bandeira foi estendida e 2 mil bandeirolas foram fincadas no gramado em frente ao Congresso Nacional. Em lugar do "Ordem e Progresso", as bandeiras traziam o lema "Educação é Progresso"



JOSE CRUZ

Rádio Senado debate a PEC dos Vereadores nesta segunda

A Câmara prepara-se para votar uma proposta de emenda constitucional (PEC) que aumenta o número de vereadores no país, mas reduz o total de recursos repassados para as câmaras municipais. A medida, que está sendo discutida pelos deputados, foi apresentada em 2004 e ficou conhecida como a PEC dos Vereadores – tema do programa Conexão Senado desta segunda-feira, que a Rádio Senado transmite ao meio-dia.

Para tentar chegar a um acordo sobre a matéria, líderes partidários debatem duas propostas de modificação ao texto. Uma delas cria 8 mil novas vagas de

vereadores no Brasil e a outra acaba com 1.200 cargos. As duas opções, segundo os autores, têm em comum a intenção de reduzir o gasto atual de R\$ 5,3 bilhões com o Legislativo municipal.

Na prática, ao aprovar a PEC os deputados revogam a norma do Tribunal Superior Eleitoral que reduziu a composição das câmaras, em 2004, sem alterar os recursos repassados pelas prefeituras dos municípios. No Senado, proposta de Alvaro Dias (PSDB-PR) reduz as vagas nos legislativos municipais, estaduais e federal, diminuindo também, de três para dois, o número de senadores por estado.

Fique por Dentro da Lei apresenta as vantagens do protocolo postal

A iniciativa do protocolo postal permite que as pessoas não mais precisem pagar a condução do advogado até a cidade onde vai ser ajuizada a ação ou interposto o recurso. A novidade foi implantada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília. Agora, uma pessoa que mora no Espírito Santo, por

exemplo, pode ajuizar uma ação, no âmbito de competência do TRF da 1ª Região, protocolando a petição em um posto dos Correios. Veja mais detalhes no programa da Rádio Senado Fique por Dentro da Lei, nesta terça-feira, às 8h30, com a presença da presidente do tribunal, desembargadora federal Assusete Magalhães.

Diabetes é tema de programa da TV Senado

O programa Inclusão, da TV Senado, apresenta nesta segunda-feira, às 12h, uma série de reportagens com portadores de diabetes, trazendo também explicações de médicos e especialistas sobre formas de prevenção, tratamento e controle da doença. O programa mostra o trabalho desenvolvido por entidades que apóiam, orientam e ajudam os diabéticos a conviver melhor com a doença e a ter mais qualidade de vida. Traz ainda informações sobre os serviços de assistência ao paciente diabético e a distribuição gratuita de remédios.

Economista fala do bom momento da economia nacional

O Senado Economia desta segunda-feira, às 8h30, transmite a segunda parte da entrevista realizada pela Rádio Senado com o economista Antônio Barros de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ex-presidente e atual assessor para assuntos estratégicos de longo prazo do BNDES. Barros de Castro, um dos mais respeitados acadêmicos do país, fala sobre o bom momento da economia brasileira, a América Latina e a presença cada vez mais relevante da China na economia do mundo.

Profissão Cartunista documenta a vida e a obra de Ziraldo

A TV Senado dá seqüência à série Profissão Cartunista e exibe a segunda parte do documentário sobre Ziraldo. A série retrata a vida e a obra de cartunistas que marcaram o desenvolvimento desse meio de expressão. O programa, que foi bastante premiado no Brasil e no exterior, ainda vai apresentar nas próximas semanas outros mestres dos quadrinhos, como Henfil, Jerry Robinson e Will Eisner.

Os filmes trazem depoimentos de profissionais e pessoas relacionados com os autores em questão, utilizam animações sintéticas de trechos de originais e usam como fundo da trama o contexto político e



FILICKR

Ziraldo é um dos cartunistas apresentados na premiada série da TV Senado

social de sua época.

A atração vai ao ar neste sábado, às 15h30, e domingo, às 16h e 21h.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras
1h30 - Conversa de músico
2h - Especiais
3h - Inclusão/Diplomacia
4h - Cidadania Debate
5h - Cidadania Entrevista
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Leituras
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Diplomacia/Inclusão
9h - Parlamento Brasil
9h30 - Alô Senado
10h - Especial/Comissões
12h - Cidadania Entrevista
12h30 - Direto do Cafezinho
13h - Cidadania Debate
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Alô Senado ou Leituras
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Direto do Cafezinho
9h30 - Comissões (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Comissões (inéditas) ou reapresentação)
18h45 - Direto do Cafezinho
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado Federal
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado - Poluição do ar em São Paulo
4h30 - De coração
- Exercícios físicos nas doenças cardíacas
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? Orquestra Cega - Egito
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Músico
15h30 - Mesa Brasileira Gaúchos e Colonos
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural - Ópera Poranduba

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista
-
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

Como sintonizar

TV A CABO

NET, TVA e Video Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)

UHF

João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (51), Salvador (53), Recife (55) e Manaus (57).

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) -

1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - ¾

SENADO



Paulo Duque discursando na solenidade de lançamento do site, entre Francisco Maurício da Paz (E) e Agaciel Maia

Site disponibiliza arquivos históricos do Senado

O acervo da Secretaria de Arquivo do Senado, desde a última quinta-feira, está disponível na internet, com arquivos desde a primeira sessão ordinária do Senado do Império (1826). O endereço é <http://www.senado.gov.br/sf/senado/sarq/default.asp>.

Na solenidade de lançamento do site, realizada no auditório do Interlegis, o diretor da secretaria, Francisco Maurício da Paz, disse que, desde 1997, a secretaria vem implantando um programa de gestão documental no âmbito da Casa com o propósito de tratar adequadamente seus documen-

tos e conservar o arquivo permanentemente atualizado.

O senador Paulo Duque (PMDB-RJ) e o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, também participaram do evento. Agaciel disse acreditar que a população irá reconhecer a importância que o Senado tem na formação histórica do Brasil e sua influência nas principais decisões tomadas nos últimos 180 anos. Como exemplo, o diretor-geral ressaltou que a Abolição da Escravatura, proclamada em 1888, foi amplamente discutida entre senadores da época.

Fórum Debate Brasil aborda a violência

Aprofundar a discussão sobre as raízes da violência no Brasil é o propósito da terceira edição do Fórum Debate Brasil – Políticas para a Primeira Infância: Quebrando a Cadeia da Violência, que o Senado realiza nos próximos dias 28 e 29. Serão delineadas sugestões de políticas públicas em áreas como saúde, educação, assistência social e cultura. As inscrições estão abertas, são gratuitas e podem ser efetuadas no site www.senado.gov.br/comunica/forumdebate-brasil. O evento será realizado no Auditório Petrônio Portela, no Anexo II do Senado.

No fórum, especialistas analisarão experiências bem sucedidas de combate à violência, tendo como base a proteção à infância, tanto no Brasil quanto

no exterior, como referências que permitam criar modalidades de ação e de intervenção apropriadas aos conteúdos socioculturais do país para o combate à violência.

Para os organizadores do debate, as raízes da violência estão intimamente ligadas a diferentes fenômenos de grande complexidade e não há soluções simples a partir de um único campo de estudos. Eles reconhecem, contudo, que os comportamentos violentos têm suas origens nas relações fundamentais de cada indivíduo em seus primeiros anos de vida – da concepção aos seis anos de idade –, relações essas que se desenvolvem em contextos familiares e culturais definidos.

No primeiro dia do Fórum Debate Brasil serão abordados te-

mas como a importância da vida uterina e os primeiros anos de vida na prevenção da violência; insegurança afetiva e condutas sociais da primeira infância; além de estratégias bem sucedidas de atenção ao indivíduo em seus primeiros anos de vida. Às 18h40, haverá o lançamento do livro *A Primeira Infância e as Raízes da Violência*, de Antônio Márcio Lisboa, na Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho.

No dia 29, especialistas debatem assuntos relacionados a políticas públicas, como direitos humanos, educação, saúde e prevenção da violência. Logo depois, serão discutidos temas como o papel da família na prevenção da violência, a primeira infância e a educação em valores e estratégias para prevenção da violência.

Sessão irá celebrar os 35 anos do Prodasen

O Senado realiza nesta terça-feira, às 11h, sessão plenária especial para celebrar os 35 anos de criação da Secretaria Especial de Informática (Prodasen). Após o evento, será inaugurada exposição comemorativa com 80 painéis contando a história do Prodasen e apresentando os principais serviços desenvolvidos pela instituição no Senado. O requerimento para a realização da sessão é do senador José Sarney (PMDB-AP).

A mostra, denominada Passado, Presente e Futuro, ficará exposta ao público desta terça (27) até 9 de dezembro no Salão Branco, próximo à chapelaria. Criado em 1972 pela Mesa do Senado, o Prodasen administra atualmente uma rede de 6.600

pontos e é responsável pela rede sem fio que atende ao Plenário, às comissões técnicas, aos gabinetes dos senadores e à Gráfica do Senado.

O Prodasen tem ainda 120 máquinas servidoras que abrigam 253 aplicações instaladas, 68 terabytes de armazenamento em disco e 320 terabytes em fita, além de 120 pontos de sua rede nas residências oficiais dos senadores. A missão da secretaria é “prover e gerir soluções de tecnologia da informação e de comunicações para o Senado, bem como aperfeiçoar processos de trabalho, contribuindo com excelência e ética para o cumprimento de sua função constitucional em benefício da sociedade brasileira”.

Arquivo aberto

Em 29 de novembro do ano de 1807, há 200 anos, a família real portuguesa embarcava para o Brasil. No documentário intitulado *Dom Pedro I – 200 anos*, produzido pela TV Senado, o professor Estilque Ferreira dos Santos fala sobre o contexto histórico da época e a vinda da família real para o Brasil. Em 1º de dezembro de 1822, o príncipe regente é coroado imperador do Brasil, já como dom Pedro I.



Há 40 anos – Em 30 de novembro de 1967, foi criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Iphan. Em novembro de 1999, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) citou uma frase do então presidente do órgão, Henrique Heck: “Uma nação que não respeita nem protege a sua memória histórica, política e social corre o risco de perder a sua

identidade”. A TV Senado, em junho de 2000, exibiu debate com o então senador Lúcio Alcântara e Célia Corsino, diretora de identificação do Iphan, com o tema “Defesa do Patrimônio Histórico”. Célia Corsino explicou que “o Iphan trabalha com duas leis: o Decreto-Lei 25, pelo qual o cidadão pode solicitar a proteção legal de bens, e a Lei 3.924, que estabelece a proteção dos sítios arqueológicos brasileiros”.

Há 100 anos – Em 28 de novembro de 1907, entrou em vigor a Lei 1.785, que estabelece penas para o crime de peculato. Em 23 de maio de 2002, o *Jornal do Senado* noticiou a aprovação de projeto de lei que prevê aumento de punição para crimes contra a administração públi-

ca: “Conforme o projeto, quem desviar dinheiro público terá que ressarcir os recursos desviados para ter o direito de requerer a progressão da pena”. No programa *Fala Cidadão*, da TV Senado, em 19 de junho de 2004, o senador Demostenes Torres (DEM-GO) comentou a relação entre foro privilegiado das autoridades e impunidade.

Coluna produzida pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.

Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa

e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br/jornal
 E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

O menor e os serviços de saúde

Segundo a Constituição, proteger e orientar as crianças e adolescentes é uma obrigação da família, da sociedade e do Estado. O Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua vez, define em que consiste essa proteção e atribui uma série de obrigações à União, estados e municípios. Veja nesta

edição como deve ser a atuação dos serviços públicos de saúde em relação às situações mais comuns envolvendo crianças e adolescentes, segundo cartilha elaborada pela Vara da Infância e da Juventude (VIJ) do Distrito Federal, com a colaboração da rede de saúde pública do DF.

Hospital deve proteger a criança e o adolescente em primeiro lugar

- Se a gestante quer entregar a criança para adoção – o profissional de saúde deve acionar o serviço social (da unidade de saúde, do município), que a encaminhará à Vara da Infância e da Juventude (VIJ). Não havendo serviço social, encaminhar a gestante diretamente à VIJ. Se o bebê já nasceu e a mãe ainda está internada, o procedimento é o mesmo, sendo que, informada a VIJ, só o juiz pode autorizar a criança a sair do hospital. Se a mãe revelar alguma limitação mental (a família estando ou não presente), o serviço social deve solicitar uma avaliação psiquiátrica no próprio hospital e enviar relatório à VIJ. Também nesse caso só o juiz pode
- liberar a criança. O hospital pode liberar a mãe, sob sua responsabilidade, desde que ela seja maior de 18 anos e após a avaliação psiquiátrica.
- Se a mãe chega com mais de um filho menor e precisa, ela mesma ou um dos filhos, de internação – o profissional de saúde aciona o serviço social para que seja encontrado abrigo para o menor durante a internação. Caso o serviço social não consiga, deve informar à VIJ. A partir daí a criança/adolescente não pode ser liberada sem autorização judicial.
- Se a mãe está amamentando, mas precisa continuar internada, e a criança recebe alta

- o hospital deve permitir que a criança fique, se isso for melhor para ela.
- Se aparece pessoa interessada em adotar criança ou adolescente no hospital – o profissional de saúde deve encaminhá-la ao serviço social, que a encaminhará à VIJ.
- Suspeita ou constatação de que a criança/adolescente será entregue a familiares ou a terceiros, ou ainda de que mora com familiares ou terceiros sem autorização judicial – acionar o serviço social, que deverá enviar relatório à VIJ imediatamente. Também nesse caso, apenas o juiz pode liberar a criança/adolescente.

Sem documentos ou representante legal

- Responsável pela criança/adolescente hospitalizada não tem documentos ou eles estão rasurados, deteriorados, etc – o profissional alertará o serviço social, que deve relatar a situação à VIJ. A criança/adolescente só deve ser liberada com autorização judicial. Em caso de atendimento ambulatorial, o serviço social deve encaminhar um relatório ao conselho tutelar do domicílio da criança/adolescente.
- Criança/adolescente sem acompanhante e/ou sem documentação ou cujo acompanhante não seja o responsável legal – o profissional alertará o serviço social, que deve relatar a situação à VIJ. Sendo impossível localizar o responsável, a criança/adolescente
- fica sob a tutela da VIJ. No caso de criança/adolescente sem documentos, o serviço social deve comunicar a situação também ao conselho tutelar.
- Se a criança menor de 12 anos não for registrada – o profissional de saúde deve encaminhar os pais ou responsáveis ao cartório do registro civil.
- Se a mãe é menor de 18 anos e não está acompanhada do seu responsável ou não tem certidão de casamento (o casamento emancipa a adolescente) – o profissional deve alertar o serviço social, que deve relatar a situação à VIJ. Nesse caso, a criança e a mãe não podem ser liberadas sem ordem do juiz.

Violência ou abandono: notificação é obrigatória

- Se o responsável abandonou a criança/adolescente (se ele não puder ser localizado no hospital) – o profissional de saúde comunica ao serviço social, que deve relatar imediatamente à VIJ. A criança – ou adolescente – só será liberada pelo juiz, ainda que o responsável apareça.
- Se o profissional de saúde suspeitar de violência (física, sexual, psicológica ou negligência) contra criança ou adolescente – deve notificar o serviço social e o plantão policial do hospital. O serviço social fará relatório completo à VIJ e a alta deve ser suspensa até liberação do juiz. Em caso de atendimento ambulatorial, o serviço social deve encaminhar relatório ao
- conselho tutelar ou, na ausência deste, à promotoria de defesa dos direitos da criança e do adolescente. O procedimento é o mesmo quando se suspeita que uma criança usou de violência com outra, de violência contra adolescente em conflito com a lei, ou de qualquer outro tipo de maus-tratos, ainda que a vítima não tenha sido atendida pelo serviço de saúde. O Estatuto da Criança e do Adolescente obriga médicos, professores e responsáveis por estabelecimentos de ensino e saúde a preencher a Ficha de Notificação de Suspeita ou Confirmação de Maus Tratos, sob pena de multa de três a 20 salários, ou o dobro disso, em caso de reincidência.

Quando há conflitos familiares

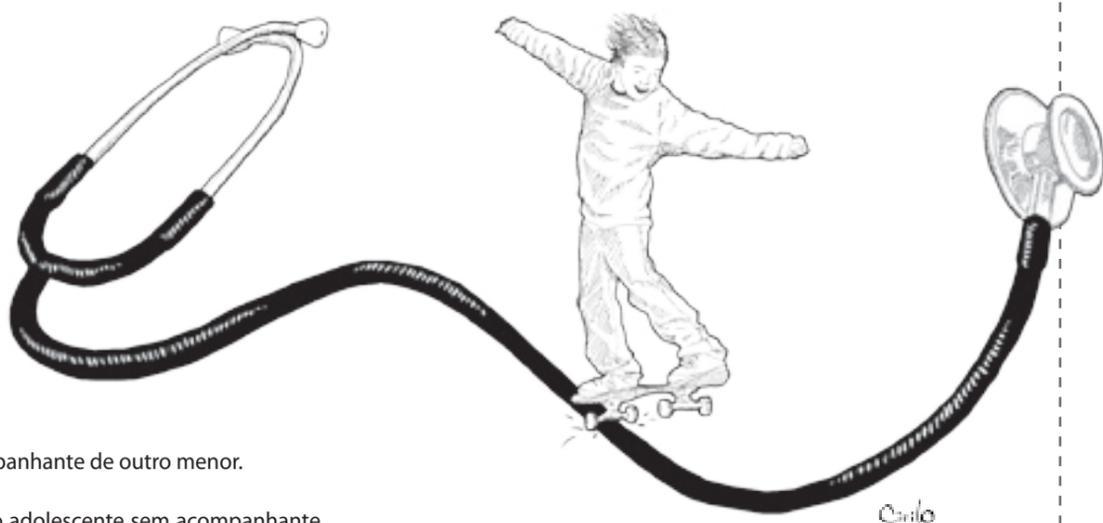
- Se a criança/adolescente precisa de atendimento ou intervenção médica e os pais ou responsáveis estão ausentes ou se negam a autorizar – o diretor da unidade de saúde deve informar imediatamente à VIJ para que o juiz autorize o tratamento. Não tendo sido possível obter contato com a VIJ a tempo, o
- procedimento médico deve ser realizado (o Código Penal determina que a intervenção médica sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal é justificada se houver iminente perigo de vida).
- Se os pais querem levar a criança/adolescente e ela ainda não
- pode ter alta – a criança não pode ser liberada, a polícia deve ser acionada e informada a situação à VIJ.
- Se o adolescente causa transtorno nas dependências da unidade de saúde – deve-se registrar ocorrência policial e comunicar a situação à VIJ.

Paciente e acompanhante

- É um direito da criança e do adolescente e um dever da família – ter um dos pais ou responsáveis como acompanhante em tempo integral durante consultas, exames e internações. A unidade de saúde deve permitir inclusive à mãe menor de 18 anos que acompanhe seu filho.
- Se a criança ou o adolescente é levado ao hospital por outra criança ou adolescente – a unidade de saúde deve atender e comunicar aos responsáveis, ou à VIJ, se eles não puderem ser localizados. A unidade de saúde não pode permitir a permanência de menor em situação de risco (morador de
- rua) como acompanhante de outro menor.
- Se a criança ou o adolescente sem acompanhante precisa ser transferido para unidade de saúde de outra cidade/estado – a VIJ deve ser informada.
- O hospital não pode restringir visitas a crianças e adolescentes a pedido dos pais ou responsáveis a menos que essas visitas possam prejudicar o tratamento ou acarretar dano psicológico.
- Cabe ao hospital permitir ou não que uma criança ou adolescente acompanhe um adulto.

Direitos do adolescente em conflito com a lei

- Internação hospitalar – o adolescente terá, além da companhia de um dos pais, uma escolta composta por monitores da unidade onde está cumprindo medida socioeducativa ou por policiais, se o juiz designar. As visitas são restritas aos familiares, a serem revistados pela escolta.
- Se o tratamento for ambulatorial – cabe ao médico decidir se a escolta deve estar presente à consulta. Durante a permanência na unidade de saúde, o adolescente deve permanecer algemado.



Saiba mais

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069)
www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm

Projetos de lei

PLS 417/07 - Obriga serviços públicos e privados de atendimento a crianças e adolescentes a terem em seus quadros pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos. Autor: senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

PLS 46/06 - Permite aos pais ou responsáveis pedir em juízo medidas que assegurem a integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, inclusive proibindo a aproximação de determinada(s) pessoa(s). Autor: senador Paulo Paim (PT-RS).